

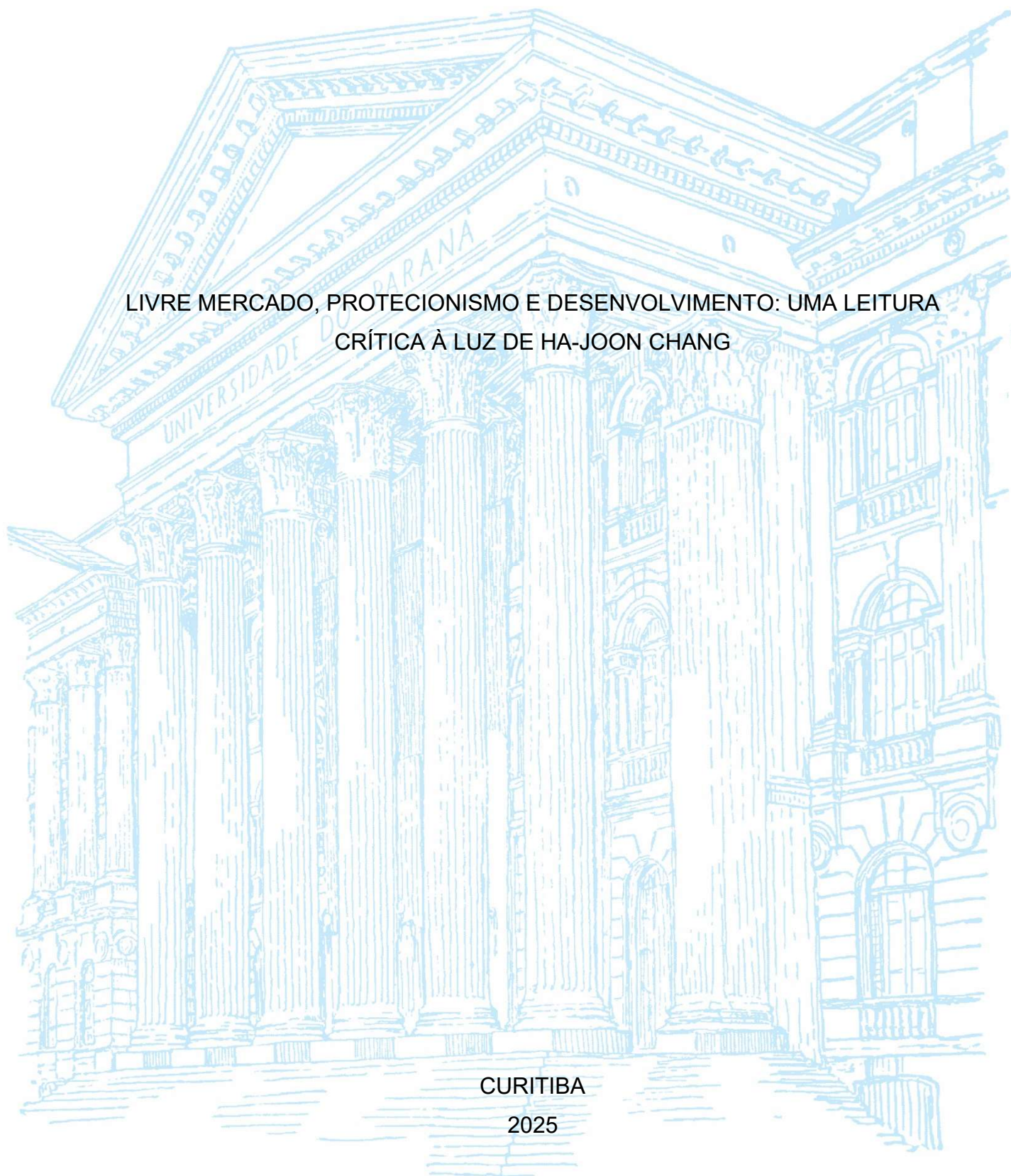
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL PODKOWA PEDROSO

LIVRE MERCADO, PROTECIONISMO E DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA
CRÍTICA À LUZ DE HA-JOON CHANG

CURITIBA

2025



Gabriel Podkowa Pedroso

LIVRE MERCADO, PROTECCIONISMO E DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA
CRÍTICA À LUZ DE HA-JOON CHANG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Carolina Bagattolli

CURITIBA

2025

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIEL PODKOWA PEDROSO

LIVRE MERCADO, PROTECIONISMO E DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA CRÍTICA À LUZ DE HA-JOON CHANG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof(a). Dr(a). Carolina Bagattolli

Orientadora – Departamento de Economia, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Prof(a). Dr(a). Larissa Naves

Departamento de Economia, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Prof. Dr. Luis Claudio Krajevski

Departamento de Economia, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Curitiba, __ de _____ de 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, pelo suporte incondicional em todos os momentos, especialmente nos períodos mais difíceis e conturbados da graduação. Obrigado por nunca deixarem faltar apoio, paciência e palavras de encorajamento, mesmo nos momentos em que eu mesmo duvidava do caminho.

À minha companheira, pelo carinho, compreensão e por saber respeitar meu tempo e minhas ausências durante os momentos mais intensos deste processo. Sua presença e apoio silencioso foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

À minha orientadora, pela paciência e por me acompanhar ao longo deste trabalho e, por fim, agradeço aos que, de alguma forma, contribuíram para realização deste trabalho.

A todos vocês, meu muito obrigado.

“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.”

(Eduardo Galeano, 2010, p. 343)

RESUMO

Este trabalho busca analisar, de maneira crítica, o discurso contraditório dos países atualmente desenvolvidos em relação à condução da economia, em contraste com o que foi observado em suas próprias histórias, além de examinar os impactos da liberalização de mercado precoce aplicada em países em desenvolvimento, à luz das contribuições teóricas de Ha-Joon Chang. Iniciando com a revisão da literatura, a monografia investiga criticamente a discrepância entre o discurso neoliberal promovido por países atualmente desenvolvidos e instituições financeiras internacionais — como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial — e as estratégias históricas utilizadas por esses mesmos países para alcançar o progresso econômico. Tendo como apoio a obra “Chutando a Escada” (2004), de Chang, e complementada por outros autores, como Dani Rodrik, Erik Reinert e Mariana Mazzucato, expõe-se como políticas protecionistas, industriais e com maior grau de intervenção estatal foram fundamentais em nações como Reino Unido, Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul. O estudo assume uma postura crítica ao avaliar países em desenvolvimento, como México e Chile, cujos processos de abertura comercial, privatizações e enfraquecimento do papel do Estado não resultaram no desenvolvimento equitativo prometido. Em contraposição, a Coreia do Sul é analisada de forma igualmente crítica, destacando como seu sucesso foi fruto de políticas heterodoxas e intervencionistas, em oposição ao receituário neoliberal. O caso sul-coreano revela o sucesso econômico associado à autonomia na formulação de políticas públicas e à coordenação efetiva entre Estado e mercado. Concluindo, este trabalho de conclusão de curso aponta que o desenvolvimento econômico não possui uma rota única e pré-definida e que a imposição de modelos neoliberais desconsidera as especificidades históricas, institucionais e sociais dos países em desenvolvimento. O estudo destaca a importância de modelos desenhados de acordo com as características internas, para se superar a dependência estrutural e promover estratégias eficazes de *catching up* econômico.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; Ha-Joon Chang; neoliberalismo; protecionismo; países em desenvolvimento.

ABSTRACT

This study aims to critically analyze the contradictory discourse of currently developed countries regarding economic management, in contrast to what was observed in their own historical trajectories. It also examines the impacts of early market liberalization in developing countries, drawing on the theoretical contributions of Ha-Joon Chang. Beginning with a review of the literature, the monograph critically investigates the gap between the neoliberal discourse promoted by developed nations and international financial institutions—such as the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank—and the historical strategies actually employed by these same countries to achieve economic progress. Based primarily on Chang's book *Kicking Away the Ladder* (2004), and complemented by other authors such as Dani Rodrik, Erik Reinert, and Mariana Mazzucato, this work reveals how protectionist, industrial, and interventionist policies were fundamental in nations such as the United Kingdom, the United States, Japan, and South Korea. The study adopts a critical stance in evaluating developing countries such as Mexico and Chile, whose processes of trade liberalization, privatization, and the weakening of the state's role did not yield the promised equitable development. In contrast, South Korea is also analyzed critically, highlighting how its success stemmed from heterodox and interventionist policies that defied the neoliberal prescription. The South Korean case demonstrates economic success linked to autonomy in policymaking and effective coordination between the state and the market. In conclusion, this undergraduate thesis argues that economic development does not follow a single, predefined path and that the imposition of neoliberal models disregards the historical, institutional, and social specificities of developing countries. The study underscores the importance of context-based models to overcome structural dependency and to promote effective strategies for economic catching-up.

Keywords: Economic development; Ha-Joon Chang; neoliberalism; protectionism; developing countries.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AFP	- Fundos de gestão de investimento
EUA	- Estados Unidos da América
FMI	- Fundo Monetário Internacional
NAFTA	- Acordo de Livre Comércio da América do Norte
PAD	- País atualmente desenvolvido
PAN	- Partido Ação Nacional
PED	- País em desenvolvimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PRI	- Partido Revolucionário Institucional
SFF	- Sociedade de Fomento Fabril

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 DESENVOLVIMENTO, LIVRE MERCADO E NEOLIBERALISMO	13
2.2 PROTECIONISMO HISTÓRICO E CRÍTICAS DE HA-JOON CHANG	20
3 IMPACTOS E ALTERNATIVAS ÀS POLÍTICAS DE LIVRE MERCADO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	27
3.1 LIBERALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	28
3.2 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS DO LIVRE MERCADO	30
3.3 ALTERNATIVAS PROPOSTAS POR HA-JOON CHANG.....	32
4 EVIDÊNCIAS DE FALHAS E SUCESSOS	36
4.1 NEOLIBERALISMO NO MÉXICO	36
4.2 NEOLIBERALISMO NO CHILE	39
4.3 DESENVOLVIMENTO SUL COREANO.....	42
4.4 COMPARAÇÃO DOS CASOS	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico representa um dos principais desafios para as nações em busca da prosperidade, particularmente no que se refere à implementação de políticas econômicas que fomentem o crescimento, aliado à melhoria nos padrões de vida de todos, o que é crucial para um desenvolvimento sustentável com inclusão social, conforme Stiglitz (2006).

Proeminentes a partir dos anos 1980, as políticas de livre mercado têm sido extensivamente aplicadas globalmente para aumentar a eficiência e competitividade econômica; fundamentando-se na liberalização do comércio, abertura do mercado e redução do papel do Estado na economia e com a justificativa de que geram expansão econômica (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2015).

No entanto, Ha-Joon Chang (2004) discorda dessa perspectiva ao afirmar que muitos dos países que hoje defendem o livre mercado, especialmente as nações tidas como desenvolvidas, formaram suas economias por meio de estratégias e políticas de proteção e intervenção estatal antes de se tornarem economias de mercado aberto.

Friedrich List (1842), precursor de muitas das concepções de Chang, já argumentava que as nações em desenvolvimento devem salvaguardar suas indústrias nascentes para que possam competir no cenário global. Este contraste evidencia que o êxito no desenvolvimento econômico é um processo complexo, que frequentemente requer a intervenção do Estado na promoção do avanço industrial e na salvaguarda da economia emergente.

Polanyi (1944), em *The Great Transformation*, também defende a noção de que a economia de mercado não é um fenômeno natural, mas uma criação social e política. Ele defende que os países em desenvolvimento, que ainda enfrentam enormes desafios estruturais, podem enfrentar instabilidade econômica e social caso as redes de proteção social sejam desmanteladas em prol do livre mercado. Com essa visão crítica, podemos entender as dificuldades enfrentadas por muitos países em desenvolvimento ao adotarem modelos neoliberais sem levar em conta suas particularidades internas.

No cenário mundial, entidades financeiras internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, têm um papel crucial na promoção de políticas de livre mercado, condicionando o acesso a empréstimos e suporte financeiro à execução de reformas neoliberais (STIGLITZ, 2006). Com essa

imposição, são implementadas políticas que frequentemente levam à desindustrialização, ao crescimento das desigualdades e à dependência do capital externo, comprometendo o progresso independente dos países em desenvolvimento.

Com esse contexto, é imprescindível uma análise crítica dessa dinâmica, com o objetivo de evidenciar o possível impacto em países em desenvolvimento (PEDs) e o discurso contraditório de países atualmente desenvolvidos (PADs). Com suas críticas, Ha-Joon Chang (2004) proporciona uma chance de reconsiderar o paradigma neoliberal e investigar outras rotas para o progresso que possam ser mais apropriadas para esses países, considerando suas especificidades históricas, econômicas e sociais.

Este trabalho de conclusão de curso busca investigar as discrepâncias existentes entre as políticas de livre mercado que foram promovidas pelos países hoje desenvolvidos tendo em vista suas estratégias protecionistas adotadas ao longo do tempo. Ao final do estudo, propõe-se responder a seguinte questão: Como as políticas de livre mercado, promovidas pelos países desenvolvidos e por instituições financeiras internacionais, estão desalinhadas com as estratégias que esses países fizeram uso quando em busca do desenvolvimento econômico, segundo a análise de Ha-Joon Chang? De que maneira tais políticas afetam os países em desenvolvimento?

Em consonância com a perspectiva de economistas industriais de orientação heterodoxa, como Ha-Joon Chang (2004), considera-se que a adoção precoce e irrestrita de políticas de livre mercado em países em desenvolvimento pode comprometer a consolidação de estruturas econômicas sólidas, tornando essas economias mais vulneráveis ao ecossistema global e limitando suas oportunidades de desenvolvimento. A presente pesquisa busca investigar essa questão por meio da análise de referenciais teóricos e estudos de caso, com o objetivo de verificar em que medida estratégias protecionistas e intervencionistas podem ter contribuído para trajetórias de desenvolvimento mais bem-sucedidas.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma leitura crítica da ideia de livre mercado como mecanismo de desenvolvimento econômico, a partir da obra de Ha-Joon Chang. Além disso, ele visa analisar as estratégias de desenvolvimento econômico adotadas por México, Chile e Coreia do Sul, observando suas estratégias e alguns de seus resultados.

Tratando-se de objetivos específicos, busca-se: Revisar criticamente a teoria liberal de mercado; analisar os principais argumentos de Chang contra o liberalismo ortodoxo e relacionar o debate ao caso dos países em desenvolvimento, por meio da análise dos modelos adotados pelas nações mencionadas.

Visando responder aos objetivos levantados de maneira satisfatória, a metodologia utilizada nesta monografia trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, método adequado ao caráter teórico-crítico da investigação proposta

Para tal, este trabalho se organiza em duas partes. Na primeira, composta pelo capítulo 2, foi exposto de maneira breve e crítica o que se convencionou chamar de desenvolvimento econômico, seguido da apresentação da Teoria do Livre Mercado - abordada à luz de importantes pensadores como Adam Smith. Posteriormente se discorre sobre o neoliberalismo e como suas políticas ganharam foco nos anos 1980. Adiante, com base na obra “Chutando a Escada” de Ha-Joon Chang, o trabalho passa pela história econômica de alguns países hoje desenvolvidos, evidenciando que eles não eram adeptos do livre mercado em seus estágios iniciais. Por fim, a visão crítica de Chang é explicada e embasada principalmente em sua obra mais famosa, a já mencionada “Chutando a Escada”.

Na segunda parte, composta pelos capítulos 3 e 4, foram abordados, respectivamente, os impactos e as alternativas às políticas de livre mercado nos países em desenvolvimento e estudos de caso de sucesso de políticas protecionistas e falhas do livre mercado. Por último, a conclusão é exibida com a síntese dos resultados e as considerações finais sobre o estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, apresenta-se uma revisão da literatura que fundamenta teoricamente a análise proposta por este trabalho. Inicia-se com uma discussão sobre os conceitos e interpretações do desenvolvimento econômico, destacando-se a importância da coordenação entre Estado e mercado. Em seguida, aborda-se a teoria do livre mercado e sua evolução até o neoliberalismo, especialmente no contexto do Consenso de Washington. Posteriormente, investiga-se o protecionismo histórico adotado por países atualmente desenvolvidos e, por fim, são analisadas criticamente as contribuições de Ha-Joon Chang, cujas obras oferecem uma leitura alternativa às estratégias de desenvolvimento hegemônicas. Essa base teórica é essencial para compreender os argumentos centrais desta monografia e sustentar as análises empíricas que serão desenvolvidas nos capítulos seguintes.

2.1 DESENVOLVIMENTO, LIVRE MERCADO E NEOLIBERALISMO

O desenvolvimento econômico é essencial para uma sociedade próspera e afeta positivamente questões que vão muito além do crescimento da economia. É um processo histórico, que alia o progresso técnico e o acúmulo de capital com o objetivo de expandir a nação, tanto no âmbito econômico, quanto em aspectos sociais como no aumento da renda per capita e na melhoria da qualidade de vida. Para que um país passe por esse evento, o mercado e o governo precisam estar envolvidos e atuando de maneira coordenada, pois assim é possível promover as transformações necessárias (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Bresser, em seu artigo intitulado “O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico” (2008), cita diversos benefícios, que são: a elevação dos padrões de vida das famílias; a maior conexão entre todos os agentes da sociedade; maior força para competir em um cenário global e autonomia para a nação propor e aplicar suas próprias estratégias e políticas.

Nos parágrafos anteriores, a importância e os benefícios do desenvolvimento econômico foram levantados com base na literatura de Bresser-Pereira; entretanto, é preciso compreender qual concepção dessa teoria atende ao propósito de proporcionar o *catching-up* aos PEDs. Nesse contexto, ao recorrer à literatura “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” (2000) de Celso Furtado, é possível

constatar que o modo como tal teoria é idealizada nos principais polos acadêmicos do ocidente não considera a perspectiva histórica do desenvolvimento econômico em seus modelos de crescimento. Segundo Furtado (2000, p. 241), tal ponto de vista que tem como objetivo “[...] mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia.” é insuficiente para captar as nuances históricas decorrentes das características específicas de cada país, apresentando, assim, um teor muito genérico.

Considerando o exposto até aqui, entende-se que a forma da teoria do desenvolvimento econômico adotada deve ser capaz de considerar as especificidades internas de cada PAD para elaborar estratégias alinhadas às suas características. De acordo com Rodrik (2007), é pouco provável que estratégias de desenvolvimento econômico idênticas, aplicadas em diferentes ambientes, sejam bem-sucedidas; o autor defende que mesmo que as estratégias compartilhem princípios gerais, é preciso diferenciá-las para aderir às oportunidades domésticas e às limitações encontradas.

A partir desse debate inicial sobre desenvolvimento, torna-se necessário compreender os fundamentos das principais correntes que influenciaram, e ainda influenciam, as políticas econômicas aplicadas nos países em desenvolvimento, especialmente aquelas baseadas no pensamento liberal.

A teoria do livre mercado é parte da doutrina do liberalismo econômico, idealizada por Adam Smith, e teve sua origem através do pensamento de que o poder, quando em mãos do Estado, tem inclinação a ser utilizado de forma injusta. São exemplos de políticas liberais: um Estado o mínimo possível intervencionista na economia, a privatização e a desburocratização (GODOI, 2019).

A teoria do livre mercado defende que os mercados devem atuar com a mínima interferência possível do Estado, pois, como destaca Godoi (2019) em seu artigo sobre liberalismo, o planejamento ocorre por meio de cada indivíduo ou agente da economia. Cada um detém parte do vasto conjunto de informações necessárias para decidir a melhor forma de organizar a produção e a distribuição dos bens e, dada essa complexidade, nenhum governo teria capacidade de consolidar todas essas informações de maneira coerente para tomar a melhor decisão possível.

Adam Smith (1723–1790), precursor e um dos mais notórios defensores dessa teoria, em sua icônica obra “A Riqueza das Nações” (1776), criou o princípio da

“mão invisível” que demonstra como a busca dos indivíduos e das empresas pelos próprios interesses tem a capacidade de gerar resultados positivos para a sociedade no geral. Para ele, quando perseguindo seus interesses, o agente, de maneira não intencional contribui para o desenvolvimento coletivo. Godoi (2019) destaca que Smith formulou um modelo baseado na cooperação espontânea, no qual o bem-estar coletivo é promovido de forma involuntária pelo indivíduo ao buscar seu próprio interesse. Seu pensamento teve significativa influência em muitas teorias que surgiram posteriormente e que abordam a importância do livre mercado e como ele, supostamente, leva a nação ao crescimento econômico e à prosperidade.

David Ricardo, influenciado pelos pensamentos de Adam Smith, contribuiu de forma decisiva para a teoria do comércio internacional ao formular o princípio das vantagens comparativas em “Princípios da Economia Política e Tributação” (1817). Segundo ele, mesmo que um país seja menos eficiente na produção de todos os bens, ainda assim pode se beneficiar do comércio internacional ao se especializar naquele em que for relativamente mais eficiente (GONTIJO, 2007).

Posteriormente, a teoria do livre mercado foi reforçada e adaptada pelo pensamento neoclássico, pois como evidencia Marcos de Queiroz Grillo em seu artigo “Economia neoclássica versus keynesiana” (2024), os idealizadores da teoria neoclássica foram os economistas clássicos do século XVIII, ou seja, David Ricardo e Adam Smith. Ainda de acordo com o autor, os pensadores neoclássicos defendem que um desemprego elevado não pode perdurar no longo prazo, pois é garantido que o mercado retorne ao pleno emprego e ao equilíbrio nos preços, gerando prosperidade.

Com a ascensão do neoliberalismo na década de 1980, o livre mercado passou a ser promovido como a principal ferramenta para impulsionar o crescimento econômico, especialmente em países em desenvolvimento. Nesse contexto, tem destaque o Consenso de Washington, que conforme sistematizado por John Williamson (1990), se refere a um conjunto de dez diretrizes de política econômica defendidas por instituições sediadas em Washington — como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial — e que passaram a ser amplamente recomendadas, sobretudo durante os anos 1980 e 1990, aos PEDs como resposta à crise da dívida. Essas diretrizes incluem: disciplina fiscal; redirecionamento dos gastos públicos para áreas como saúde, educação e infraestrutura; reforma tributária com ampliação da base e redução de alíquotas; liberalização das taxas de juros;

manutenção de uma taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio internacional; incentivo ao investimento estrangeiro direto; privatização de empresas estatais; desregulamentação; e fortalecimento dos direitos de propriedade. Segundo Williamson, essas políticas visam fomentar o crescimento econômico sustentado com base em princípios de orientação externa e economia de mercado, embora não sejam suficientes, por si sós, para resolver todos os problemas estruturais dos países em desenvolvimento, como a fuga de capitais e a estagnação pós-estabilização. O Consenso consolidou a ideia de que a liberalização comercial, a desregulamentação, a privatização e a abertura para fluxos de capital são políticas essenciais para alcançar a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento sustentável (WILLIAMSON, 1990).

Apesar disso, Dani Rodrik (2007) questiona a efetividade da teoria do livre mercado quando aplicada de forma indiscriminada, sem diferenciar os contextos de cada nação. Em *“One Economics, Many Recipes”*, Rodrik sustenta que a liberalização comercial e a desregulamentação nem sempre causam crescimento econômico, principalmente quando são implementadas em países sem infraestrutura adequada. O economista constata que países que experimentaram sucesso no desenvolvimento, como a Coreia do Sul e Taiwan, combinaram políticas de livre mercado com intervenções estatais estratégicas.

Essa crítica à aplicação irrestrita da teoria do livre mercado ganha força especialmente a partir da década de 1980, quando o neoliberalismo passa a se consolidar como a principal abordagem aplicada às economias em desenvolvimento. Com base em uma leitura renovada do liberalismo clássico, o neoliberalismo propõe redução do papel do Estado na economia e promove um modelo de abertura comercial e financeira como solução universal para o crescimento.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender o conteúdo e os desdobramentos da perspectiva neoliberal, que se impôs como paradigma dominante nas últimas décadas do século XX. A seguir, examina-se como essa abordagem foi sistematizada, disseminada e aplicada em larga escala, sobretudo nos países periféricos, e como ela foi objeto de críticas por parte de diversos economistas e intelectuais que questionam sua eficácia e seus impactos sociais.

O neoliberalismo se traduz em uma interpretação mais moderna das ideias do livre mercado, principalmente da ideia de minimização do papel do Estado na economia e na promoção de mercados globais, que, de acordo com Paul Singer

(1998), trata-se de uma releitura dos pensamentos clássicos para absorver questões macroeconômicas incorporando elementos keynesianos. Durante as décadas de 1980 e 1990, tornou-se a abordagem dominante no que tange ao desenvolvimento econômico, impulsionado principalmente pelas políticas de governos como o de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Com o Consenso de Washington, a aplicação prática do neoliberalismo foi estabelecida, sendo uma série de prescrições de políticas econômicas pautadas na liberalização do comércio, na privatização de empresas estatais, na desregulamentação dos mercados financeiros e na abertura da economia para fluxo de capital estrangeiro. Era esperado que tais medidas aumentassem a eficiência, promovessem o crescimento econômico e reduzissem a pobreza. Duas instituições que tiveram uma parcela significativa na disseminação das políticas citadas no parágrafo anterior foram o Banco Mundial e o FMI, que, de forma frequente, impuseram programas de ajuste estrutural como condição para concessão de empréstimos e assistência financeira para países em desenvolvimento (WILLIAMSON, 1990).

Tendo isso em vista, a literatura crítica ao neoliberalismo destaca o papel desempenhado por instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial na preservação e reprodução das regras do jogo liberal na economia global. Ha-Joon Chang (2004) argumenta que essas entidades atuaram como instrumentos centrais na difusão e imposição de políticas econômicas baseadas na ortodoxia liberal. O autor questiona a coerência desse modelo, uma vez que os países atualmente desenvolvidos não seguiram tais diretrizes em seus estágios iniciais de industrialização. Pelo contrário, destaca que o FMI e o Banco Mundial, sob controle majoritário dos países ricos, operam como "maus samaritanos", ao dificultar que nações em desenvolvimento adotem estratégias que, historicamente, mostraram-se eficazes para o progresso econômico (CHANG, 2008).

Essa crítica é aprofundada por Campos (2010), ao analisar o caso latino-americano e o papel dessas instituições na consolidação do Consenso de Washington. Segundo a autora, o FMI e o Banco Mundial atuaram como vetores fundamentais na propagação do neoliberalismo na região, valendo-se de condicionalidades associadas aos empréstimos como mecanismos de coerção. Dessa forma, impuseram limites severos à autonomia das economias periféricas, subordinando suas decisões às diretrizes do capital internacional.

Para Campos (2010), apesar de se apresentarem com um discurso técnico e neutro, tais instituições exercem uma função política ativa ao garantir a hegemonia liberal e manter uma ordem econômica global profundamente assimétrica. Longe de serem meramente técnicas, suas intervenções restringem significativamente a margem de manobra dos países em desenvolvimento, comprometendo a possibilidade de adoção de modelos alternativos de crescimento e aprofundando as desigualdades estruturais do sistema internacional.

Joseph Stiglitz (2006), em *"Making Globalization Work"*, defende que as políticas neoliberais muitas vezes ignoram as realidades e necessidades individuais das nações em desenvolvimento, fazendo uma crítica direta às duas instituições mencionadas anteriormente por imporem reformas que culminaram em graves consequências sociais e econômicas, incluindo a redução dos serviços públicos e aumento da desigualdade. O autor enfatiza que muitos países foram expostos a crises financeiras que resultaram em retração econômica e aumento da pobreza, por conta da abertura ao comércio e ao capital estrangeiro sem a preparação que se faz necessária.

Temos como um exemplo ilustrativo das falhas das políticas neoliberais a experiência da América Latina durante a chamada "década perdida" nos anos 1980, quando a região foi fortemente impactada pelas políticas de ajuste estrutural promovidas pelo FMI e pelo Banco Mundial, que resultaram em contração econômica, aumento do desemprego e na intensificação da desigualdade social.

Uma faceta importante a se destacar que o neoliberalismo possui é o fato de que ele não surgiu simplesmente como uma evolução teórica do liberalismo clássico, mas também como uma resposta política e ideológica aos desafios impostos pela crise do Estado de bem-estar social nas décadas de 1970 e 1980. De acordo com Harvey (2008), o neoliberalismo se consolidou como um projeto político voltado à restauração do poder econômico das elites, procurando mudar a relação entre o Estado e o mercado em favor do capital. Com o que foi dito, fica evidente que o neoliberalismo não pode ser compreendido somente como uma doutrina econômica, mas também como uma estratégia de reorganização social, viabilizando uma profunda transformação nas estruturas institucionais dos países onde foi implementado.

Complementando, para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não fica restrito apenas à esfera das políticas públicas, mas sim uma racionalidade que permeia diversas dimensões da vida social, inclusive de práticas de governança, das

relações de trabalho e até mesmo dos comportamentos individuais. O exposto por Dardot e Laval (2016) amplia a compreensão crítica do neoliberalismo, sendo um fenômeno que vai além da simples defesa da liberdade econômica e da eficiência de mercado.

Nessa perspectiva, Ha-Joon Chang (2004) discorre sobre o tema, de maneira crítica, ao destacar como a adoção de políticas neoliberais nos países em desenvolvimento tem levado à uma imposição de abertura prematura dos mercados e à abdicação de instrumentos de política industrial que foram, historicamente, fundamentais para o desenvolvimento das economias hoje avançadas. Para Chang, quando se recomenda tais políticas aos países não desenvolvidos, os PADs os sabotam e impedem que estes trilhem o mesmo caminho que eles próprios percorreram.

Ademais, como acrescenta Sulaiman Hakemy (2017), a crítica de Chang ao neoliberalismo revela que o desenvolvimento econômico exige mais que uma mera adoção de medidas liberais, e sim a construção de capacidades institucionais e produtivas que permitam aos países se posicionarem de maneira soberana no cenário internacional. Dessa forma, a experiência histórica comprova que o sucesso das políticas econômicas não reside em sua adesão a um modelo único, mas sim na adaptação às especificidades estratégicas de acordo com o contexto de cada país, reafirmando a necessidade de políticas públicas estratégicas e de um Estado capaz de conduzir o processo de desenvolvimento de forma autônoma e eficaz.

Como conclusão para essa visão crítica das políticas neoliberais, para um desenvolvimento econômico bem-sucedido, elas precisam ser adaptadas ao contexto local e não seguir uma lista de regras generalistas (RODRIK, 2007). Para o economista, o processo que leva ao desenvolvimento econômico envolve experimentação, aprendizado e adaptação e as políticas de livre mercado precisam ser implementadas de modo gradual e seletivo, de acordo com as necessidades do país.

Apesar da ampla adoção das diretrizes neoliberais, diversas análises históricas questionam a coerência desse modelo, especialmente quando se observa que as nações hoje desenvolvidas recorreram a estratégias opostas em suas trajetórias de crescimento. Esse aparente paradoxo é evidenciado na próxima seção, dedicada ao estudo das experiências de protecionismo histórico.

2.2 PROTECIONISMO HISTÓRICO E CRÍTICAS DE HA-JOON CHANG

Se nos debruçarmos sobre a história econômica, é possível verificar que países, hoje desenvolvidos, não seguiram as políticas de livre mercado em seus estágios iniciais de crescimento. Na verdade, esses países adotaram políticas protecionistas e intervencionistas que os ajudaram a se desenvolver (CHANG, 2004).

Como exemplo, o Reino Unido fez o uso de políticas de proteção à indústria manufatureira nos séculos XVIII e XIX, através de altas tarifas, subsídios e restrições à importação. Essas políticas protecionistas foram aplicadas de forma sistemática e agressiva, particularmente durante o longo processo de industrialização britânico.

Chang (2004) aponta que, ao contrário do senso comum que associa o Reino Unido a um histórico de livre comércio, o país foi um dos mais protecionistas do mundo até meados do século XIX. Suas tarifas industriais médias superavam 50% na primeira metade do século XIX e atingiram níveis ainda mais elevados durante as Guerras Napoleônicas. Essas medidas não se limitavam às tarifas: o Estado britânico também utilizava subsídios à exportação, regulamentações de qualidade e benefícios fiscais, além de desenvolver um aparato institucional para proteger sua indústria nascente. Um marco importante dessa trajetória foi a reforma de 1721, durante o governo de Robert Walpole, que reduziu ou eliminou tarifas sobre matérias-primas, aumentou os reembolsos fiscais (*drawbacks*) para produtos exportados, aboliu tarifas de exportação sobre manufaturas e aumentou subsídios para itens estratégicos, como seda e pólvora. Houve ainda a imposição de regulamentos de qualidade para produtos têxteis, com o intuito de proteger a reputação dos bens britânicos no exterior (CHANG, 2004).

Outro instrumento essencial foram as Leis de Navegação (*Navigation Acts*), originalmente implementadas no século XVII, que exigiam que o comércio com o Reino Unido fosse realizado exclusivamente por navios britânicos. Essa legislação não apenas restringia o comércio de nações concorrentes, como também impulsionava o crescimento da indústria naval e da marinha mercante britânica, conferindo ao país uma vantagem logística e militar estratégica nos séculos seguintes (CHANG, 2004). Já no campo agrícola, as *Corn Laws*, em vigor principalmente entre 1815 e 1846, proibiam ou restringiam severamente a importação de grãos estrangeiros, com o objetivo de manter os preços internos elevados. Essa medida beneficiava diretamente os grandes proprietários rurais, que dominavam o Parlamento

britânico, mas também possuía um efeito indireto de restringir a competição externa e preservar o equilíbrio social e econômico necessário ao processo de industrialização (CHANG, 2004). Chang argumenta que o Reino Unido só iniciou um processo mais amplo de liberalização comercial a partir da década de 1860, após consolidar sua supremacia tecnológica e industrial. Ou seja, a adoção do livre comércio britânico foi consequência, e não causa, do seu sucesso econômico.

Indo para os Estados Unidos, o protecionismo teve um espaço importante no desenvolvimento econômico do país. Do século XIX até a década de 1930, a nação implementou tarifas protecionistas elevadas, moldando um ambiente benéfico para que a indústria doméstica prosperasse com maior facilidade. Foi o protecionismo, que durante esse período, possibilitou que os EUA fossem de uma economia majoritariamente agrícola para uma potência (LIST, 1842).

Esse modo de agir mais protecionista não apenas teve longa duração, como também foi decisivo para o êxito industrial norte-americano. Conforme analisa Chang (2004), os Estados Unidos adotaram sistematicamente tarifas elevadas sobre produtos manufaturados desde 1816 até a Segunda Guerra Mundial, com taxas frequentemente superiores às praticadas por outras economias desenvolvidas da época. Esse instrumento, defendido desde os primórdios por Alexander Hamilton em seu *Report on Manufactures* de 1791, tornou-se um dos pilares centrais da estratégia de “*infant industry protection*” americana. Essa estratégia parte da premissa de que setores industriais emergentes em países menos desenvolvidos não conseguem competir em condições de igualdade com as indústrias já consolidadas das nações mais avançadas. Assim, é necessário o uso temporário de medidas de proteção — como tarifas alfandegárias, subsídios, restrições à importação e apoio institucional — até que esses setores atinjam níveis de produtividade e competitividade compatíveis com o mercado internacional. Como destaca Chang (2004), essa abordagem foi aplicada de forma pragmática pelos EUA, que rejeitaram os conselhos de teóricos liberais como Adam Smith, optando por medidas práticas de proteção nacional baseadas em “bom senso” e “instinto do necessário”, conforme também defendia Friedrich List.

Durante o século XIX, mesmo com tarifas industriais duas vezes mais altas do que as britânicas, os EUA apresentaram um crescimento mais acelerado que o Reino Unido, consolidando-se como a principal potência industrial mundial. Destaca-se que, especialmente no final do século XIX, a tarifa média sobre produtos manufaturados

nos Estados Unidos oscilava entre 40% e 50%, sendo considerada a mais alta do mundo nesse período (CHANG, 2004). Chang observa ainda que, mesmo após a queda gradual dessas tarifas no pós-guerra, o governo americano seguiu utilizando mecanismos alternativos de apoio às suas indústrias, evidenciando que o livre comércio só foi plenamente adotado quando o país já havia alcançado supremacia tecnológica e industrial.

O Japão e a Coreia do Sul são representações no continente asiático da eficácia de políticas protecionistas no desenvolvimento. Após a Segunda Guerra Mundial, o governo japonês adotou uma estratégia onde protegia setores estratégicos, concedia subsídios e controlava o investimento estrangeiro. Essa estratégia foi de extrema importância para o desenvolvimento acelerado da indústria automobilística, eletrônica e siderúrgica do país.

Contudo, é importante destacar que a base desse modelo de desenvolvimento japonês foi estabelecida muito antes do período pós-guerra, especialmente a partir da Restauração Meiji em 1868. Nesse momento, o Japão iniciou um processo de modernização econômica caracterizado por práticas de protecionismo e intervenção estatal direta. Conforme observa Chang (2004), o país construiu seu setor industrial moderno protegido por elevadas barreiras tarifárias, contando ainda com empresas estatais em setores-chave e a atuação ativa do Estado na concessão de crédito direcionado. Essa combinação de proteção alfandegária e política industrial estruturada permitiu ao Japão consolidar setores estratégicos antes de enfrentar a concorrência internacional. Chang afirma que o país se tornou um verdadeiro exemplo da eficácia da proteção à indústria nascente, alcançando um notável processo de *catch-up* industrial sob liderança estatal planejada (CHANG, 2004). Somente após a consolidação de sua base produtiva o Japão passou a adotar, de forma seletiva, políticas mais liberais — o que reforça a tese de que o protecionismo foi, também em sua história, um elemento-chave do sucesso econômico.

Já a Coreia do Sul optou por um caminho com a liderança do Estado no processo de desenvolvimento, com políticas de substituição de importações e promoção de exportações. O Estado coreano foi um agente muito ativo no direcionamento dos investimentos, na promoção da inovação e na proteção de setores estratégicos. Consequentemente, a Coreia do Sul passou de um país muito pobre na década de 1950 para uma economia forte em poucas décadas (CHANG, 2004).

De forma coerente com essa atuação estatal, a Coreia do Sul implementou, a partir dos anos 1960, um modelo de desenvolvimento fortemente baseado em políticas industriais intervencionistas e protecionistas. Conforme destaca Chang (2004), o país utilizou uma combinação de proteção tarifária, créditos direcionados, subsídios seletivos e empresas estatais em setores-chave para construir sua base industrial. Essas medidas foram aplicadas de forma coordenada por uma burocracia econômica altamente capacitada, que estabelecia metas setoriais e firmava contratos de desempenho com os conglomerados industriais (*chaebols*). A lógica seguia os princípios da “*infant industry protection*”, nos quais setores tecnologicamente atrasados eram temporariamente protegidos da concorrência externa até adquirirem capacidade de competir globalmente. Ao contrário do discurso liberal contemporâneo, Chang argumenta que o sucesso da Coreia do Sul não decorreu da adoção precoce do livre mercado, mas sim da manutenção de políticas seletivas e ativas de desenvolvimento até que a indústria nacional estivesse plenamente consolidada (CHANG, 2004). Esse modelo híbrido, com forte papel do Estado, combinando substituição de importações com promoção agressiva de exportações, permitiu ao país transitar de uma economia agrária para uma potência industrial em poucas décadas.

Complementando essa perspectiva histórica, observa-se que o discurso atual em defesa do livre mercado e da abertura irrestrita contrasta fortemente com as práticas adotadas pelos próprios países que hoje lideram a economia global. Como argumenta Erik Reinert (2007), a trajetória de desenvolvimento das nações industrializadas demonstra que o protecionismo e as políticas industriais ativas foram instrumentos recorrentes para o fortalecimento das capacidades produtivas internas. Reinert (2007) destaca que a chamada “teoria das vantagens adquiridas” foi mais determinante do que a “vantagem comparativa” na promoção do desenvolvimento econômico, ao evidenciar que os países desenvolvidos investiram deliberadamente na construção de setores industriais estratégicos antes de se integrarem plenamente ao mercado internacional. Além disso, Dani Rodrik (2007) reforça que o sucesso das políticas protecionistas não reside apenas na restrição ao comércio exterior, mas principalmente na capacidade do Estado em fomentar a diversificação produtiva e impulsionar a inovação. Segundo o autor, experiências históricas como as dos Estados Unidos e da Coreia do Sul ilustram como a combinação de políticas públicas focadas em setores estratégicos, apoio financeiro e proteção seletiva foram essenciais

para permitir a superação do atraso econômico. Rodrik (2007) enfatiza, ainda, que o argumento neoliberal, que prega uma abertura comercial incondicional, ignora as especificidades institucionais e os estágios de desenvolvimento de cada país, configurando um erro analítico e político grave.

Nesse sentido, na crítica de Ha-Joon Chang (2004) quando se pensa na figura de linguagem que deu nome à sua obra “chutando a escada”; se torna ainda mais clara a ideia de que os países desenvolvidos não apenas ocultam suas experiências históricas de intervenção e proteção, como também pressionam os países em desenvolvimento a abdicar desses mesmos instrumentos, sob a justificativa de que o livre mercado é o caminho natural para o crescimento. No entanto, como evidencia Chang (2004), essa imposição de políticas liberais aos países periféricos resulta, frequentemente, na fragilização das indústrias locais e na perpetuação de padrões de dependência econômica.

Portanto, o estudo das trajetórias históricas das nações que hoje compõem o núcleo do sistema econômico internacional evidencia que o protecionismo e a intervenção estatal desempenharam papéis centrais em seus processos de desenvolvimento. Esse reconhecimento histórico é fundamental para embasar uma crítica consistente ao discurso hegemônico sobre o livre mercado, reforçando a necessidade de políticas econômicas que considerem as especificidades e os desafios concretos de cada país em desenvolvimento.

Diante da evidência histórica de que países desenvolvidos utilizaram estratégias protecionistas em sua ascensão econômica, autores como Ha-Joon Chang passaram a questionar a legitimidade do discurso liberal imposto aos países em desenvolvimento. A seguir, apresentam-se suas principais críticas e reflexões sobre as implicações desse cenário para o desenvolvimento contemporâneo.

Em sua obra “Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica” (2004), o autor argumenta que os países atualmente desenvolvidos desencorajam os países em desenvolvimento a utilizarem as mesmas estratégias que eles próprios adotaram no passado — como protecionismo, subsídios e intervenção estatal — para alcançar o sucesso econômico. Relacionando o tema ao título da obra, Chang afirma que esses países “chutam a escada” pela qual subiram, negando às nações em desenvolvimento os instrumentos necessários para o *catching up*.

Chang evidencia que a retórica neoliberal ignora a importância histórica dessas políticas para países como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. Complementando esse argumento, Mariana Mazzucato, em *O Estado Empreendedor* (2014), ressalta como essas nações frequentemente revisam sua narrativa histórica, minimizando o papel central do Estado e de políticas intervencionistas na promoção da inovação e do desenvolvimento econômico. Segundo Angelico e Lucchesi (2017, p. 1), essa obra é “um compêndio de argumentos em torno da defesa de uma atuação diferenciada do Estado no processo de inovação.” Mazzucato mostra que estratégias como investimentos públicos direcionados e subsídios desempenharam papel crucial em setores estratégicos de países desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Reino Unido.

Em *Bad Samaritans: The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism* (2008), Chang aprofunda essa crítica ao livre mercado, ressaltando que políticas de abertura econômica irrestrita podem prejudicar países em desenvolvimento, ao submetê-los a uma concorrência desleal com economias já consolidadas. As indústrias nascentes nesses países, segundo ele, têm dificuldades em se firmar sem proteção adequada, o que perpetua a dependência externa e reforça a desigualdade global.

Essa crítica encontra eco em Sulaiman Hakemy (2017), que analisa a obra de Chang e reforça que a história do capitalismo está repleta de exemplos de proteção estatal e intervenção governamental. Para Hakemy (2017), o desenvolvimento é um processo contextual e estratégico, incompatível com soluções padronizadas. O autor alerta que as políticas neoliberais promovidas por países desenvolvidos refletem interesses próprios e buscam manter uma hierarquia internacional desigual.

Além de criticar a atuação das economias centrais, Chang (2004) também volta sua atenção às instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Segundo ele, essas organizações impõem condições para concessão de financiamento que limitam a soberania dos países em desenvolvimento. Tais condicionalidades, geralmente atreladas à aplicação de reformas liberais — como privatizações, abertura comercial e desregulamentação —, dificultam a construção de indústrias competitivas e enfraquecem a capacidade de planejamento estatal.

Chang (2004) destaca que essas medidas não apenas dificultam o desenvolvimento, mas consolidam uma narrativa ideológica que naturaliza a superioridade das economias centrais, apresentando o livre mercado como única via

legítima de progresso. No entanto, ao revisitar a história, observa-se que as nações hoje ricas alcançaram esse patamar justamente através de uma combinação de proteção, planejamento estratégico e intervenção governamental.

Nesse mesmo sentido, Reinert (2007) argumenta que insistir em políticas de livre comércio irrestrito, desconsiderando as especificidades institucionais e históricas de cada nação, leva à perpetuação de trajetórias de subdesenvolvimento. O autor defende que uma estratégia de crescimento eficaz deve partir das particularidades internas de cada país, evitando a aplicação de modelos genéricos que, em vez de promoverem progresso, aprofundam desigualdades.

Dani Rodrik (2007) complementa esse ponto ao afirmar que o sucesso do desenvolvimento depende de políticas adaptadas, experimentais e focadas na realidade local. Para ele, políticas de intervenção e proteção não devem ser descartadas, mas vistas como ferramentas legítimas — e frequentemente indispensáveis — para a formação de capacidades produtivas, inovação e inserção qualificada na economia global.

Nesse debate, Mazzucato (2014) reforça que o Estado não é apenas um agente regulador, mas frequentemente o principal motor da inovação e do progresso econômico. Em “O Estado Empreendedor” (2014), a autora desmonta a narrativa neoliberal que limita o papel estatal à correção de falhas de mercado e mostra que grandes inovações disruptivas — como as que transformaram os setores aeroespacial, farmacêutico e de tecnologia — foram financiadas e impulsionadas por políticas públicas visionárias de longo prazo. Segundo ela, o setor privado frequentemente apenas se beneficia dessas inovações, ao invés de liderá-las.

Por fim, Chang (2004) e Stiglitz (2006) alertam para o papel das instituições multilaterais na consolidação de um sistema internacional assimétrico. Ao condicionarem financiamentos a reformas neoliberais, o FMI e o Banco Mundial limitam a autonomia dos países e impõem modelos inadequados aos seus desafios de longo prazo. Isso aprofunda a desigualdade no sistema global, onde poucos detêm o poder de decisão, e muitos permanecem presos a regras que não favorecem seu desenvolvimento sustentável.

3 IMPACTOS E ALTERNATIVAS ÀS POLÍTICAS DE LIVRE MERCADO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Diante da análise crítica da teoria do livre mercado, da ascensão do neoliberalismo e das evidências históricas sobre o papel central do protecionismo no desenvolvimento das nações hoje ricas, torna-se necessário examinar os impactos a adoção precoce dessas políticas teve sobre os países em desenvolvimento. Essa transição do plano teórico para o empírico permitirá observar as limitações práticas do receituário liberal e, ao mesmo tempo, identificar caminhos alternativos mais adequados às realidades locais.

Resgatando o que foi abordado no capítulo anterior, a ampla promoção das políticas de livre mercado como uma resposta para que os países em desenvolvimento realizem o *catching up* e alcancem o estado de bem-estar social desejado foi expressiva principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990. Instituições mundiais importantes ajudaram a impulsionar o neoliberalismo, com o discurso de se construir Estados com economias mais abertas e eficientes. Entretanto, como discorrido anteriormente, não se pode deixar de observar os desafios significativos que as políticas embasadas nessa teoria trouxeram, como aumento da desigualdade, do desemprego e da dependência de agentes externos.

Por conta desses desafios, a aplicação de políticas de livre mercado mais genéricas, ou seja, que não são pensadas especificamente para o país, podem não levar ao desenvolvimento econômico sustentável. Com base na tese de doutorado “Escolhas Políticas, Decisões Econômicas, Consequências Sociais” (2010), de Rosana Soares Campos, constata-se que o continente latino-americano é um exemplo sólido disso, pois a adesão a essas políticas teve grandes impactos no mercado de trabalho, auxiliou na expansão do setor informal, bem como promoveram o aumento da pobreza. O aumento da pobreza e a expansão do setor informal são consequências das políticas neoliberais que causaram desemprego em massa no continente, visto que o mercado de trabalho foi significativamente afetado. Isso destoa da evolução dos indicadores socioeconômicos da região que a reforma neoliberal se propunha a oferecer (CASANOVA, 2002; ESTENSSORO, 2003 apud CAMPOS, 2010).

Em contraste com tais políticas, alternativas foram levantadas, como as defendidas por Ha-Joon Chang, que propõem políticas de proteção às indústrias

nacionais, principalmente as nascentes, que têm maior potencial de levar as nações ao progresso. Proteger estrategicamente determinadas indústrias é um movimento que foi usado historicamente por muitos países atualmente desenvolvidos, como pontuado no capítulo anterior, e por esse motivo é uma estratégia relevante para os países em desenvolvimento.

Nesse contexto, para compreender melhor os limites da aplicação das políticas de livre mercado, torna-se fundamental analisar seus efeitos sobre o crescimento econômico nos países em desenvolvimento, o que será discutido a seguir.

3.1 LIBERALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Como já evidenciado, as justificativas para as políticas de livre mercado têm base na promessa do crescimento econômico aliado ao desenvolvimento da nação. No entanto, sua aplicação em países em desenvolvimento resultou em consequências variadas. Em nações como México e Brasil, a liberalização econômica foi associada a períodos pontuais de estabilização macroeconômica, mas sem sustentação de longo prazo, e os poucos benefícios gerados não foram redistribuídos de forma igualitária, desencadeando o aumento da desigualdade e da pobreza (CHANG, 2008).

Mudando de continente, países que são conhecidos como os “Tigres Asiáticos”, como Coreia do Sul e Taiwan, tiveram a habilidade de combinar elementos de mercado com intervenção estatal estratégica, respeitando especificidades locais, e conseguindo alcançar um crescimento que se mostrou mais inclusivo e igualitário. Tais países podem ser vistos como exemplos para eficácia de medidas que levam em consideração as suas características específicas e combinam a intervenção calculada do governo em pontos estratégicos com estratégias de abertura comercial.

Para trazer mais contexto no porquê das políticas de livre mercado terem sido sugeridas e implementadas de forma ampla, inclusive sob a pressão do FMI e do Banco Mundial, é pertinente pontuar que essas instituições internacionais usavam assistência financeira como moeda de troca para a aderência às medidas sugeridas, e, países passando por crises ou com altos endividamentos, como a América Latina em 1980, precisaram aceitar essas condições na tentativa de estabilizar suas economias. Aliada a pressão de grandes instituições mundiais, a influência dos países atualmente desenvolvidos é outro fator que contribui para a promoção do livre

mercado como um modelo universal de desenvolvimento, em grande parte por interesses próprios, mesmo com o fato, abordado anteriormente, de que esses países fizeram uso de estratégias protecionistas para crescer de forma sustentável (CHANG, 2008; CAMPOS, 2010).

Nesse cenário, vale aprofundar o papel dos programas de ajuste estrutural implementados pelo FMI e pelo Banco Mundial como vetores da difusão do receituário neoliberal nos países latino-americanos. Após o fracasso do Plano Baker, lançado em 1985 com o objetivo de promover a retomada do crescimento nos PEDs da América Latina por meio de novos financiamentos, surgiu o Plano Brady, em 1989, como uma proposta de reestruturação parcial da dívida externa. Embora esse plano tenha inicialmente proporcionado algum alívio no serviço da dívida, sua implementação esteve condicionada à adoção irrestrita das reformas preconizadas pelo Consenso de Washington; como privatizações, abertura comercial e ajuste fiscal. Assim, conforme apontam Campos (2010) e Bresser-Pereira (1993), o acesso a novos fluxos de capitais passou a depender da aceitação desse novo paradigma, o que, na prática, resultou em uma adoção compulsória das políticas neoliberais. Essa imposição comprometeu a autonomia das estratégias de desenvolvimento dos países da região, aprofundando a dependência externa e limitando a capacidade estatal de formular políticas públicas condizentes com suas realidades internas. Como alerta Chang (2008), tais intervenções, sob o pretexto de estabilização econômica, acabaram por fragilizar estruturas produtivas locais e intensificar desigualdades sociais — efeitos recorrentes da aplicação padronizada das reformas liberais em contextos historicamente vulneráveis.

Com o avanço da crise da dívida externa latino-americana nos anos 1980, o Plano Brady, lançado em 1989, representou uma tentativa limitada de reestruturação da dívida por parte dos credores. Entretanto, mais do que uma solução efetiva, o plano teve um papel essencialmente político: criou, principalmente em Washington, a percepção de que a crise estava superada, permitindo deslocar o foco analítico das causas externas para uma ênfase em fatores internos, como o populismo e o excesso de intervenção estatal. A partir desse momento, as instituições financeiras internacionais e os credores passaram a condicionar o apoio econômico à adoção das reformas estruturais preconizadas pelo Consenso de Washington, como o ajuste fiscal, a liberalização dos mercados e a privatização de estatais (BRESSER-PEREIRA, 1993). Assim, a implementação desse receituário liberal não se deu de

forma totalmente voluntária, mas foi, em grande medida, imposta como contrapartida para o acesso a recursos externos e à reinserção nos fluxos financeiros internacionais, caracterizando, na prática, uma adoção compulsória do modelo neoliberal na América Latina (BRESSER-PEREIRA, 1993).

Campos (2010) destaca que tal plano realmente levou a uma redução do serviço da dívida no ano de 1990, todavia ela ressalta que isso não perdurou, pois, posteriormente a dívida continuou crescendo e, o continente latino-americano, que estava absorvendo os procedimentos e as regras postos pelo Consenso de Washington, ficou significativamente dependente ao capital internacional. As reformas — cujas características mais marcantes foram a privatização de empresas e a abertura da economia ao mercado global — representaram, segundo dados da CEPAL (1998, apud CAMPOS, 2010), uma tentativa falha da região em se adequar ao novo cenário global.

Sulaiman Hakemy (2017), em sua análise da obra “Chutando a Escada” de Chang, diz que os impactos negativos das políticas neoliberais começaram a acarretar uma reavaliação das estratégias de desenvolvimento econômico, com acadêmicos, como Chang, que advogam por um modelo de maior flexibilidade e adaptabilidade para se adequar às condições de cada país, fazendo uma fusão de políticas de mercado com intervenções estratégicas por parte do Estado.

Contudo, os impactos das reformas neoliberais não se restringiram ao plano econômico. Os efeitos sociais e políticos decorrentes dessas mudanças estruturais também foram significativos e merecem atenção especial, como se explora na próxima seção.

3.2 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS DO LIVRE MERCADO

Foi visto brevemente neste estudo que as consequências econômicas das estratégias neoliberais promovidas por grandes instituições e apoiadas pelos países hoje desenvolvidos foram profundas em diversos países não desenvolvidos, posteriormente o tema será aprofundado com a análise de países específicos. Muitas vezes, em contraste com o crescimento econômico e com a atração de investimentos estrangeiros, essas estratégias resultam em complicações consideráveis no âmbito econômico, social e político, como será exposto a seguir.

Se tratando da economia, uma dessas complicações é a desindustrialização e a dependência, principalmente em setores-chave da economia. Com a abertura comercial, as empresas locais são expostas à concorrência com indústrias mais avançadas e desenvolvidas, fazendo com que muitas empresas nacionais fechem ou percam *market share* (CAMPOS, 2010). Chang (2004) aponta que países que aplicaram estratégias pautadas no livre mercado sem nenhuma restrição antes de conseguirem construir uma indústria forte o suficiente, costumam se tornar dependentes de importações e de setores que possuem baixo valor agregado, reduzindo drasticamente seu potencial de crescimento. Outra consequência das reformas neoliberais foi o aumento do endividamento e da vulnerabilidade econômica. Muitos países da América Latina adotaram tais medidas para estabilizar suas economias e manter acesso a financiamentos internacionais, mas acabaram expostos às oscilações do mercado global, o que desencadeou crises como a da dívida nos anos 1980 (CAMPOS, 2010). Além disso, observa-se o agravamento da desigualdade e da exclusão econômica. Como aponta Chang (2004), as privatizações favoreceram investidores e empresas estrangeiras, enquanto os cortes em programas sociais e a redução do emprego público afetaram principalmente os mais vulneráveis, ampliando a concentração de renda e dificultando o acesso a serviços essenciais e à mobilidade econômica.

Algumas complicações também se mostraram presentes no âmbito social, que agravam problemas de pobreza e marginalização. A redução dos investimentos sociais e a flexibilização das leis trabalhistas deixam muitos trabalhadores vulneráveis e geram o aumento da pobreza e a precarização do trabalho. Com a expansão significativa do setor informal em países latino-americanos como Brasil e México, trabalhadores enfrentam condições precárias de trabalho, não possuem proteção social ou direitos trabalhistas. Esses efeitos causam insegurança econômica, intensificando a pobreza e limitando o poder de compra de parte da população (CAMPOS, 2010). Outro fator que gera complicações sociais é a exclusão e falta de acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e habitação, por conta dos cortes nos gastos públicos que são exigidos como parte das reformas de ajuste estrutural, diminuindo o acesso a estes serviços para as populações mais vulneráveis; sendo assim, é possível concluir que há um impacto direto no bem-estar social, impedindo o desenvolvimento humano adequado e criando um ciclo de exclusão que percorre gerações (CHANG, 2008).

Por último, também é significativo apresentar consequências do âmbito político causadas por reformas neoliberais, que podem enfraquecer a soberania do Estado e contribuir para a instabilidade política. Uma delas é a perda de autonomia nacional e de soberania econômica, pois as condições impostas por instituições como o FMI e Banco Mundial para a tomada de empréstimos e de ajudas financeiras regularmente exigiam que estratégias neoliberais fossem adotadas, o que reduz a capacidade dos governos no que tange à implementação de políticas feitas sob demanda para o país. Chang (2004, 2008) indica que a perda de autonomia faz com que não seja possível que os países em desenvolvimento sigam estratégias que façam mais sentido com as particularidades observadas internamente, como o investimento em indústrias estratégicas e políticas de proteção a indústrias emergentes. Ademais, essas reformas estruturais, quando são interpretadas como imposição de agentes estrangeiros, servem de combustível para o descontentamento público e para a deslegitimação dos governos que as implementaram (CAMPOS, 2010). A resistência popular a essas políticas pode ocasionar ondas de protestos e movimentos sociais, como o que aconteceu na América Latina durante os anos 1990 e 2000.

Sintetizando, mesmo que as políticas neoliberais tenham prometido crescimento econômico, elas têm impactos desfavoráveis para muitos países em processo de desenvolvimento. Elas tiveram participação no aumento da dependência econômica, desigualdade social e instabilidade política, o que demonstra a necessidade de reavaliação dessas estratégias de desenvolvimento, adicionando um fator crucial que são as especificidades de cada nação, para assim aplicar modelos que valorizem a autonomia nacional e promovam um crescimento com mais inclusão e maior sustentabilidade.

Diante dessas consequências adversas, acadêmicos críticos como Ha-Joon Chang passaram a defender caminhos alternativos de desenvolvimento, nos quais o Estado recupera um papel mais central e ativo. A seguir, apresentam-se as principais propostas desse autor, que desafiam o receituário neoliberal e propõem estratégias mais autônomas e adaptadas à realidade dos países em desenvolvimento.

3.3 ALTERNATIVAS PROPOSTAS POR HA-JOON CHANG

Dirigindo-se para as críticas de Chang, principalmente em sua obra “Chutando a Escada”, pode-se pontuar alternativas para que os países em *catching up* alcancem o sucesso. Essas alternativas destacam o papel ativo do Estado no desenvolvimento econômico, além da importância de políticas sob medida para cada nação. Chang desafia a ortodoxia neoliberal quando argumenta que as nações em desenvolvimento não devem aderir cegamente às políticas impostas, e, sim, precisam ter estratégias que contribuam para o fortalecimento de suas economias e reduzam a dependência externa.

Para Chang, o protecionismo é uma ferramenta chave para o desenvolvimento econômico, principalmente para os países que ainda não conseguiram realizar o *catching up*. Ele pode se manifestar através de políticas industriais e tem como cerne a teoria da indústria nascente, que diz que setores com importância estratégica e indústrias emergentes precisam de proteção contra a concorrência externa para que possam se desenvolver corretamente. No segundo capítulo de “Chutando a Escada”, foi exposto como os EUA e o Reino Unido, países atualmente desenvolvidos e que advogam pelo livre mercado, protegeram suas indústrias em desenvolvimento no passado através de tarifas e subsídios, até que elas tivessem a capacidade de competir globalmente. Chang afirma que essas políticas utilizadas pelos países atualmente desenvolvidos no passado são cruciais para que países atualmente em desenvolvimento consigam alcançar crescimento econômico de forma sustentável e aliado à melhora na qualidade de vida da sociedade.

Chang sublinha que, quando se trata de planejamento e direcionamento do desenvolvimento econômico, o Estado precisa atuar como um ator central. O economista defende que o governo deve investir nas áreas que constituem os pilares da sociedade, como educação, saúde e infraestrutura, criando uma base de capital humano e físico que possa levar ao crescimento sustentável no longo prazo. O autor se justifica através de um exemplo de sua terra natal, a Coreia do Sul, onde o Estado atuou ativamente no direcionamento dos investimentos e garantiu que os recursos disponibilizados fossem alocados em setores estratégicos, além de impulsionar a capacitação educacional e técnica da força de trabalho. Desse modo, além de regulador, o governo tem a possibilidade de agir como catalisador para o desenvolvimento.

Um dos principais argumentos elaborados por Chang, crítico à teoria neoliberal, é de que as nações em desenvolvimento necessitam de flexibilidade na

adoção de políticas econômicas. Chang se opõe ao que ele denomina de “doutrina cosmopolita”, que propõe políticas neoliberais homogêneas para todos os países. O autor sustenta que os países precisam ser livres para fazer uso de políticas de proteção econômica, controles de capital e, caso necessário, restrições de investimento estrangeiro, para que o crescimento ocorra de maneira sustentável e de um modo que beneficie a sociedade igualitariamente. Tal alternativa ao uso padronizado de estratégias de livre mercado permite que as economias emergentes se defendam de choques externos e fortaleçam seus setores estratégicos antes de se abrir para o mercado global.

Outro argumento importante posto em pauta diversas vezes durante esta monografia, e uma das críticas mais enfáticas do autor, é em relação ao papel que organizações como o FMI e o Banco Central, que em troca de assistência financeira, impõem programas de ajuste estrutural e outras medidas de austeridade. Chang diz que países emergentes precisam resistir a tais imposições e adotar políticas independentes, focando em suas prioridades. O economista sustenta que a limitação do controle de agentes externos e a defesa da soberania econômica são essenciais para a implementação de políticas de desenvolvimento que façam mais sentido com os interesses internos e menos vulneráveis a pressões externas.

Chang também propõe que países em desenvolvimento precisam buscar ter economias diversificadas com o objetivo de reduzir a dependência econômica de setores primários ou de baixo valor agregado. Embora essa proposição esteja presente na obra de Chang, é importante destacar que tal ideia remonta à clássica tese Prebisch-Singer, formulada no pós-Segunda Guerra Mundial e amplamente difundida pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que já alertava para os riscos da dependência das exportações de bens primários e defendia a diversificação produtiva como estratégia essencial para o desenvolvimento autônomo e sustentável dos países periféricos (CEPAL, 2025). Além disso, ele defende que é preciso que os países incentivem a inovação local, promovendo setores de alto valor agregado, como o setor de tecnologia, através de incentivos e de apoio do estatal. Nesse sentido, é possível fazer um paralelo com Mazzucato (2014), que, em *O Estado Empreendedor*, argumenta que o Estado historicamente desempenhou papel central nos processos de inovação e transformação tecnológica, assumindo riscos que o setor privado tende a evitar; para ela, o Estado não é um mero corretor

de falhas do mercado, e, sim, um agente catalisador do crescimento econômico ao liderar investimentos estratégicos e de alto risco tecnológico.

“O Estado... “tolamente” desenvolvendo inovações? Sim, a maioria das inovações radicais, revolucionárias, que alimentaram a dinâmica do capitalismo — das ferrovias à internet, até a nanotecnologia e farmacêutica modernas — aponta para o Estado na origem dos investimentos “empreendedores” mais corajosos, incipientes e de capital intensivo. E, como será demonstrado cabalmente no capítulo 5, todas as tecnologias que tornaram o iPhone de Jobs tão “inteligente” [smart] foram financiadas pelo governo (internet, GPS, telas sensíveis ao toque [touch-screen] e até o recente comando de voz conhecido como SIRI). Tais investimentos radicais — que embutiam uma grande incerteza — não aconteceram graças a investidores capitalistas ou “gênios de fundo de quintal”. Foi a mão visível do Estado que fez essas inovações acontecerem. Inovações que não teriam ocorrido se ficássemos esperando que o “mercado” e o setor comercial fizessem isso sozinhos — ou que o governo simplesmente ficasse de lado e fornecesse o básico.” (Mazzucato, 2014, p. 20).”

Portanto, estando alinhado com Mazzucato no sentido de que o Estado deve ser proativo na definição e no financiamento das áreas estratégicas para o avanço tecnológico e para o desenvolvimento econômico sustentável de longo prazo, pode-se concluir que com a diversificação econômica e valorização da inovação local, é possível criar uma fundação mais robusta da economia, com potencial de competir em setores globais e garantir estabilidade no longo prazo. Chang complementa que tal abordagem mitiga a vulnerabilidade a flutuações nos preços das commodities e contribui com o desenvolvimento sustentável.

Em suma, Ha-Joon Chang em sua obra, especialmente em “Chutando a Escada” (2004), levanta possibilidades para o desenvolvimento econômico que colocam o controle na mão dos próprios países em desenvolvimento, possibilitando a utilização de estratégias como protecionismo, política industrial e soberania econômica para promover o crescimento sustentável. O economista defende que tais alternativas ao livre mercado podem promover o progresso sem depender das condições e interesses de potências econômicas externas, fazendo com que o processo de desenvolvimento seja mais justo e eficaz.

4 EVIDÊNCIAS DE FALHAS E SUCESSOS

Com base nas reflexões teóricas apresentadas, este capítulo examina a aplicação prática das políticas de livre mercado e de alternativas como o protecionismo em experiências nacionais específicas. Até o momento foi abordado, de forma crítica e procurando sustento na literatura de Ha-Joon Chang, o impacto do neoliberalismo no desenvolvimento econômico de países emergentes e como agentes externos, como países atualmente desenvolvidos e instituições internacionais, têm influência direta nesse panorama global; além disso foi levantado como certo nível de intervenção estatal e de aplicação do protecionismo em áreas estratégicas pode ser fator chave para o crescimento sustentável bem sucedido. A seguir discorreremos sobre o caso de alguns países que passaram por diferentes experiências buscando se desenvolver buscando compor a sustentação da proposição levantada.

4.1 NEOLIBERALISMO NO MÉXICO

Nas décadas finais do século XX, o México passou por uma profunda mudança em seu modelo econômico, evidenciada pela adoção de diretrizes neoliberais de maneira sistemática. Tal processo teve início durante a grave crise da dívida externa no início dos anos 1980, que trouxe à tona a fragilidade das finanças públicas e fez com que o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) recorresse ao FMI. As contrapartidas exigidas pelo FMI para acesso aos recursos financeiros incluíam um rígido programa de ajuste estrutural, com cortes nos gastos públicos, liberalização econômica e início de privatizações (SOTELO, 2016).

Desse modo, de maneira gradual e constante, o país foi deixando de lado os pilares do modelo de substituição por importações que guiou seu crescimento durante parte expressiva do século XX. O governo de Miguel de La Madrid cortou subsídios, reduziu tarifas de importação e começou a desmontar o aparato estatal que mantinha setores estratégicos da indústria (OCEGUEDA, 2007). Porém, foi no governo seguinte, de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), que o México adentrou de maneira definitiva no paradigma neoliberal. Durante o governo de Gortari, diversas privatizações aconteceram, como a de bancos, telecomunicações e ferrovias, além disso, uma das iniciativas mais emblemáticas para a inserção da nação no cenário

internacional foi assinada: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), implementado em 1994 (BABB, 2001).

Eliminando as barreiras tarifárias entre México, Estados Unidos e Canadá, o NAFTA representou um marco das transformações econômicas em curso. O tratado procurava transformar o México em um agente exportador integrado às cadeias de produção norte-americanas. Posto esse panorama, esperava-se um maior fomento para a geração de empregos, aumento dos investimentos externos e a aceleração do crescimento da nação, porém os resultados não foram como esperados. De fato, observou-se um aumento expressivo das exportações, sobretudo nos setores automotivo e eletrônico, consolidando o México como fornecedor relevante para o mercado estadunidense (OCEGUEDA, 2007). No entanto, os resultados gerais ficaram aquém do esperado. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita avançou de forma tímida ao longo dos anos 1990, sem acompanhar o otimismo inicial das reformas (BABB, 2001). Além disso, os benefícios do crescimento econômico foram mal distribuídos, concentrando-se principalmente nas regiões mais industrializadas e nos setores ligados ao comércio internacional, enquanto amplas parcelas da população permaneceram à margem do processo de modernização (BABB, 2001; SOTELO, 2016). O quadro evidenciou um descompasso entre os objetivos declarados do NAFTA e os efeitos concretos percebidos na economia mexicana, reforçando críticas à liberalização irrestrita como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Esse descompasso pode ser destacado com os dados sobre os salários reais. Paul Cooney (2008), mostra que os salários industriais em 2004 eram apenas cerca de 70% do que haviam sido em 1980, evidenciando uma perda contínua do poder de compra do trabalhador do país. Para além disso, o processo de liberalização financeira, que como comentado anteriormente, foi intensificado nos anos 1990, aumentou a vulnerabilidade da nação frente ao capital especulativo, dinâmica que ficou mais visível na crise do “efeito tequila”, em 1994, quando houve uma severa recessão, desemprego e endividamento público causado pela fuga repentina de capitais. O Compromisso com a ortodoxia fiscal e monetária continuou no governo subsequente, de Ernesto Zedillo (1994-2000), que assumiu em meio à crise, enquanto paralelamente socializou as perdas bancárias por meio do programa, que se tratava de um fundo de contingência, bastante controverso conhecido como Fobaproa. (BABB, 2002).

Como aponta Andrés Peñaloza (2014), na sua análise para a Fundação Rosa Luxemburgo sobre a reforma energética no México, a partir dos anos 2000, houve uma alternância de partidos no poder, mas mesmo assim as bases do modelo neoliberal foram mantidas. Presidentes que vieram do Partido Ação Nacional (PAN), Vicente Fox (2000-2006) e Felipe Calderón (2006-2012), mantiveram os princípios de disciplina fiscal, abertura comercial e mínima intervenção estatal. Posteriormente, com Enrique Peña Nieto (2012-2018), do Partido Revolucionário Institucional (PRI), promoveu novas reformas, como a abertura do setor energético à participação estrangeira, revertendo parte das conquistas históricas da nacionalização do petróleo em 1939.

Existe um forte debate acerca do legado dessas reformas. Não se pode negar que houve ganhos em termos de estabilização macroeconômica, controle de inflação e aumento da competitividade em determinados setores exportadores. Entretanto, as promessas de crescimento, de distribuição de renda e do aumento do bem-estar social não aconteceram de forma justa. A desigualdade continuou em altos níveis, assim como a pobreza, que embora tenha diminuído em termos relativos, ainda é a realidade de uma parcela significativa da sociedade mexicana. O coeficiente de Gini, por exemplo, continuou alto, de 0,435 no período de em 2022, como mostram os dados do Banco Mundial (2025), evidenciando a concentração de renda.

Outro impacto negativo da aplicação do paradigma neoliberal de maneira extensiva foi no mercado de trabalho, pois com a flexibilização das leis trabalhistas e com o enfraquecimento dos sindicatos, as vagas de emprego precárias cresceram. Como aponta Cooney (2008), dados indicam que por volta dos anos 2000, mais da metade dos trabalhadores mexicanos estavam no setor informal, sem benefícios sociais ou garantias legais mínimas que a formalidade proporciona. A economia informal passou a absorver grande parte da mão de obra excluída dos setores dinâmicos, levando a um mercado dualizado.

Esse processo de reestruturação produtiva e liberalização comercial sem fortalecimento interno é abordado por Fernando Fajnzylber (1983), que analisa o caso mexicano como representativo dos limites estruturais da industrialização dependente na América Latina. Apesar de avanços industriais pontuais, o México não consolidou uma base produtiva integrada, apresentando forte dependência de insumos importados e baixo valor agregado local. A inserção nas cadeias produtivas globais, longe de gerar encadeamentos robustos, resultou em enclaves exportadores com

reduzida capacidade de dinamização da economia interna; soma-se a isso a predominância do capital estrangeiro em setores-chave, o que desestruturou o controle nacional sobre a política industrial (FAJNZYLBBER, 1983). Tal modelo, segundo o autor, contrastava com o dos países asiáticos, como a Coreia do Sul, que promoveram um processo seletivo de abertura após fortalecer seus setores industriais estratégicos com apoio estatal. Dessa forma, o caso mexicano se insere de modo paradigmático na crítica à industrialização periférica baseada em inserção passiva no comércio internacional e na abdicação precoce de instrumentos soberanos de política econômica.

Diante disso, é possível fazer um paralelo com a obra “Chutando a escada” de Chang (2004), pois o autor discorre sobre como o FMI teve um papel ambíguo e criticável para os países subdesenvolvidos, atuando como um instrumento de disseminação e imposição de políticas neoliberais que acabaram restringindo as capacidades políticas e econômicas de diversos países, como é o caso do México. Ao adotar as receitas do Consenso de Washington, o México abriu mão preliminarmente dos instrumentos de política industrial e à proteção de setores embrionários da economia. A base produtiva nacional foi desestruturada pela abertura comercial, feita sem mecanismos de compensação, fazendo com que milhares de pequenos produtores perdessem competitividade frente aos produtos subsidiados dos Estados Unidos. Tal dependência externa, em conjunto com a ausência de estratégias nacionais de inovação e com a fragilidade do mercado interno, freou a capacidade da nação de construir um projeto autônomo de desenvolvimento.

Em resumo, o México teve uma trajetória complexa nas últimas décadas, reflexo dos processos de reforma estrutural e que demonstra uma dinâmica enfrentada por muitos países periféricos. O ideal neoliberal, mesmo tendo levado a alguns avanços em termos de modernização institucional e estabilidade macroeconômica, não teve a capacidade de satisfazer as demandas sociais que careciam de mais urgência. O caso mexicano pode, então, ser um exemplo dos limites de uma estratégia baseada no livre mercado, principalmente em contextos de desigualdade histórica e estrutura produtiva frágil.

4.2 NEOLIBERALISMO NO CHILE

O caso chileno é apresentado por Fernando Fajnzylber (1983) como um exemplo extremo da adoção de políticas econômicas neoliberais na América Latina. Após o golpe militar de 1973, o país implementou um programa de ajuste estrutural baseado em uma liberalização profunda dos preços, do comércio exterior e do sistema financeiro. Tal política incluiu a retirada de subsídios, a desregulamentação dos mercados, privatizações em larga escala e uma abertura comercial abrupta. Apesar de ter conseguido estabilizar a inflação e atrair investimentos externos no curto prazo, os efeitos colaterais foram severos: desindustrialização precoce, aumento do desemprego, queda dos salários reais e aprofundamento das desigualdades sociais. Fajnzylber (1983) enfatiza que esses resultados não podem ser compreendidos fora do contexto autoritário que sustentou tais medidas, já que a repressão institucional e a eliminação da negociação coletiva foram fatores essenciais para viabilizar o “modelo chileno”. Dessa forma, o autor alerta que a experiência do Chile, embora frequentemente apresentada como exitosa por defensores do liberalismo econômico, deve ser interpretada com cautela, pois representa uma industrialização ainda mais truncada e dependente, baseada em fundamentos excludentes e instáveis (FAJNZYLBBER, 1983).

Dado este parágrafo introdutório, quando se fala em experiência neoliberal, é quase impossível não pensar no Chile, que é reconhecido como um dos primeiros países a aplicar políticas baseadas nessa doutrina e inspiradas pela Escola de Chicago. O regime autoritário de Pinochet (1973-1990) deu início à uma transformação econômica no país, tal qual acabou com o modelo de substituição de importações, que vinha sendo amplamente aplicado na América Latina, e implementou uma gama de reformas com foco no mercado. Essa gama de reformas foi coordenada por economistas chilenos graduados pela Universidade de Chicago sob a orientação de Milton Friedman, e ficaram conhecidos como Chicago Boys. Dessa maneira, a esfera econômica da ditadura de Pinochet foi marcada pela adoção de medidas neoliberais impactantes, tais como: Abertura comercial acelerada, privatizações em massa, reformas nos sistemas de previdência, saúde e educação, além de flexibilização trabalhista (SILVA, 1996).

Em 1973, Salvador Allende, que até então era presidente do Chile, foi deposto por Pinochet, que era general das forças armadas. Posto isso, o programa neoliberal que se desenhou a partir do golpe teve como argumentação ser uma resposta à crise econômica e à hiperinflação que assolava o estreito país sul-americano, resultando

em profundas alterações na sociedade e na economia. Os Chicago Boys, com base em um documento chamado de “*El Ladrillo*” ou “*The Brick*”, promoveram uma mudança no papel do Estado, com uma drástica redução de sua atuação e com a transferência de funções, até então entendidas como de caráter público, para o mercado privado (SILVA, 1996).

De acordo com Silva (1996), “*El Ladrillo*” foi um documento estratégico que foi utilizado como um detalhado plano econômico na eventualidade de um golpe de Estado, que retratava os interesses da coalizão que estava por trás da derrubada do governo de Allende. Tal documento foi coordenado pelo departamento econômico da Sociedade de Fomento Fabril (SFF) e começou a ser elaborado em março de 1973, tendo contribuição de economistas ligados aos principais conglomerados empresariais chilenos, como os grupos Edwards e BHC, e como já dito no parágrafo anterior, com participação expressiva dos Chicago Boys. Silva (1996) argumenta que, mesmo com a grande influência neoliberal, o documento foi menos radical do que se poderia esperar, pois adveio de um acordo entre diferentes setores empresariais e da oposição política, como os democrata-cristãos - os quais buscaram preservar elementos de política social e agrária. Desse modo, mais que uma orientação técnica, o documento se traduziu como uma ferramenta de unificação da elite civil-militar golpista, sendo a sustentação do experimento neoliberal que viria a se suceder.

Como afirma Ffrench-Davis (2018), o Chile passou por um período bem difícil durante a década de 1980, como a recessão de 1982 onde o PIB retraiu cerca de 14,3% e o desemprego alcançou patamares superiores a 20%. Mesmo que nos momentos finais da ditadura, o país estava apresentando crescimento econômico, a marca deixada por Pinochet foi de forte concentração de renda, precarização do trabalho e aumento da pobreza. Dados do banco mundial mostram que em 1990, por volta de 11% da população vivia com menos de US\$ 2,15, sendo que o sistema previdenciário privatizado (AFPs), os serviços de saúde segmentados e a educação pública municipalizada criaram um ambiente desigual quando se trata de acesso aos direitos básicos.

Após a ditadura, com o processo de redemocratização a coalizão eleitoral de partidos políticos chilenos de centro-esquerda chamada de “*A Concertación de Partidos por la Democracia*” ou simplesmente “*Concertación*” mantiveram as bases neoliberais, focando na estabilidade macroeconômica, porém com um viés mais social, com a aplicação de programas para o povo. Com isso a pobreza, sendo a

parcela da população vivendo com menos de US\$ 2,15 em preços internacionais de 2017, teve uma redução considerável indo de 10,7% em 1990 para 2% em 2006 como apontam dados do banco mundial (2025). Apesar disso, é importante levantar que a desigualdade de renda persiste na economia do país latino-americano, como é possível constatar ao se analisar o coeficiente de Gini que se manteve em 0,477 no ano em questão, estando em 0,43 em 2022, como mostram dados do banco mundial (2025).

Tal caso exposto no capítulo ilustra de forma clara o que Chang (2004) chama de “Chutar a escada”, onde os PADs que, factualmente, protegem seus mercados e promovem políticas industriais ativas, passaram a recomendar e apoiar a liberalização do Estado e a retirada do mesmo como protagonista como condição para o desenvolvimento das economias não desenvolvidas.

Com a abertura comercial indiscriminada, houve uma desarticulação da indústria nacional, e a falta de uma política industrial limitou as chances de o Chile ascender na cadeia produtiva global. Ao mesmo tempo, os ganhos de produtividade e o crescimento econômico alcançados pelas políticas neoliberais ficaram concentradas em setores primários, como a mineração e o agronegócio, fazendo o país ter uma grande dependência externa (SILVA, 1996).

Em suma, analisando de maneira breve um período importante da história chilena, é possível concluir que, embora eficaz em alguns aspectos macroeconômicos, o neoliberalismo não teve sucesso em moldar uma sociedade mais igual. A origem autoritária do modelo no país dificultou a revisão democrática de suas bases por décadas, sendo iniciada somente em 2021 com a convocação de uma nova Constituição, após os protestos de 2019, com possibilidade de um novo pacto social que aproxima crescimento econômico com menor desigualdade. Polanyi (2000), faz uma importante afirmação nesse sentido, dizendo que o avanço do mercado sem o contrapeso da sociedade causa reações que podem mudar o próprio sistema econômico.

4.3 DESENVOLVIMENTO SUL COREANO

Assim como os dois países latino-americanos abordados anteriormente, a Coreia do Sul protagonizou profundas mudanças econômicas e sociais nas últimas décadas do século XX. Entretanto, quando comparada a esses países, é notável que

a nação asiática percorreu uma trajetória de desenvolvimento econômico muito mais acelerada e com resultados mais positivos. Passada a Guerra da Coreia (1950–1953), o país se encontrava entre os mais pobres do globo, tendo uma economia majoritariamente agrícola, infraestrutura devastada, instabilidade política e muita dependência externa. Na década de 1969, o PIB per capita coreano era similar ao de países africanos, como Sudão e Gana, transparecendo uma situação extrema de atraso (BOTELHO, 2021). Porém, nas décadas que vieram, a Coreia do Sul enfrentou um profundo processo de transformação econômica, levando a um alto nível de industrialização, competitividade tecnológica e crescimento sustentável. A estratégia sul-coreana não foi resultado de políticas de livre mercado ou da aplicação de paradigmas liberais, mas sim da construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento conduzida e coordenada pelo Estado.

A transformação sofrida foi possível por conta da adoção de um modelo desenvolvimentista com intensa atuação estatal, articulando o planejamento econômico de longo prazo com políticas industriais específicas, controle sobre os fluxos de capital, subsídios direcionados, proteções tarifárias e investimentos públicos em setores considerados estratégicos (Chang, 2004; Rodrik, 2007; BOTELHO, 2021). O governo elaborou planos quinquenais com metas claras de crescimento, áreas prioritárias de atuação e instrumentos financeiros e administrativos para sua execução. A primeira fase foi baseada na substituição de importações, seguida por uma etapa de promoção agressiva das exportações, especialmente de bens manufaturados (BOTELHO, 2021).

Corroborando esse diagnóstico, Fajnzylber (1983) destaca que a Coreia do Sul, assim como outros países do Sudeste Asiático, não seguiu uma trajetória de desenvolvimento pautada na ortodoxia liberal, como frequentemente propagado na América Latina. Ao contrário, adotou um modelo baseado em forte intervenção estatal, com políticas seletivas de proteção à indústria nascente, controle sobre fluxos de capitais, subsídios direcionados e metas de desempenho impostas às empresas nacionais. O Estado coreano não apenas financiava setores estratégicos, como também coordenava o processo de industrialização, combinando mecanismos de planejamento centralizado com abertura comercial gradual e orientada por critérios de maturidade produtiva. Para Fajnzylber (1983), essa abordagem possibilitou a criação de um sistema produtivo articulado, tecnologicamente dinâmico e menos vulnerável

às pressões externas, o que contrasta com o padrão latino-americano de industrialização truncada e dependente.

No sentido oposto ao receituário neoliberal promovido por instituições como FMI e Banco Mundial a partir da década de 1980 — que, por meio de programas de ajuste estrutural, prescrevia abertura comercial irrestrita, redução do papel do Estado e flexibilização institucional — a Coreia do Sul adotou políticas industriais ativas e seletivas (CHANG, 2004; Rodrik, 2007). O governo manteve controle sobre o sistema financeiro nacional e utilizou bancos públicos como instrumentos centrais para direcionar crédito subsidiado aos chamados *chaebols*, conglomerados empresariais familiares que emergiram como pilares da industrialização coreana, como Samsung, Hyundai, LG e SK (CHANG, 2004; BOTELHO, 2021). Esses conglomerados foram apoiados por recursos estatais, porém dentro de um ambiente de cobrança por desempenho e inovação.

Como já foi dito, o Estado coreano atuou de forma pragmática e coordenada com o setor privado. A política *de carrot and stick* — recompensas por desempenho e punições por ineficiência — dificultou a formação de oligopólios improdutivos. O Estado incentivava a inovação tecnológica, buscava mercados externos e realocava recursos para setores de maior valor agregado. Com isso, evitou-se o chamado “capitalismo de compadrio”, comum em outras experiências de industrialização, e consolidou-se uma estrutura produtiva voltada à competitividade externa (RODRIK, 2007; REINERT, 2007).

Outro ponto essencial da estratégia de desenvolvimento sul-coreana foi o investimento sistemático e de longo prazo em educação, ciência e tecnologia. Desde os anos 1960, o governo priorizou o ensino básico universal, expandiu o ensino técnico e superior e criou centros de pesquisa e inovação. Isso resultou na formação de uma força de trabalho altamente qualificada, capaz de atender às demandas do mercado (BOTELHO, 2021; CHANG, 2004). Ademais, o ensino voltado às ciências sociais aplicadas e à engenharia foi moldado de acordo com as necessidades da indústria, alinhando a oferta de capital humano aos objetivos nacionais de industrialização e modernização da economia (RODRIK, 2007).

A década de 1990 foi um período complexo para a Coreia do Sul, culminando na crise financeira asiática de 1997. A abertura gradual do mercado de capitais e o elevado endividamento de curto prazo tornaram a economia vulnerável, levando a um colapso cambial e à recessão. A Coreia precisou recorrer ao FMI e aceitou um pacote

de ajuda com compromissos de ajuste fiscal e reformas estruturais. Contudo, diferentemente de países como Chile e México, que abandonaram suas estratégias de desenvolvimento ao aderirem plenamente ao receituário neoliberal, a Coreia procurou implementar reformas sem desmontar completamente seu modelo desenvolvimentista (CHANG, 2004; BOTELHO, 2021).

A diferença entre as experiências asiáticas e os caminhos trilhados pelos países da América Latina é evidente. Enquanto México e Chile adotaram políticas de abertura econômica precocemente, privatizaram em larga escala e reduziram o papel do Estado com base na crença no livre mercado, a Coreia do Sul seguiu um caminho mais gradualista, seletivo e planejado. A liberalização econômica só foi implementada após o fortalecimento da indústria doméstica e o acúmulo de capacidades tecnológicas, o que permitiu o desenvolvimento de uma base produtiva sólida e competitiva. Isso resultou em crescimento econômico, redução da pobreza, fortalecimento institucional e aumento da competitividade internacional (Rodrik, 2007; Reinert, 2007; CHANG, 2004).

Em consonância com as críticas de Chang (2004), a Coreia do Sul exemplifica como a resistência à imposição de um modelo único e a adoção de uma trajetória própria, baseada em sua realidade histórica e institucional, permitiu estruturar um caminho de ascensão econômica, desafiando os dogmas neoliberais e ressaltando a importância da autonomia na formulação de políticas públicas.

A experiência sul-coreana demonstra que o desenvolvimento econômico não é um processo automático nem assegurado pela simples abertura ao mercado internacional, mas sim um esforço coordenado de transformação estrutural liderado pelo Estado, envolvendo escolhas estratégicas, política industrial ativa, investimento em capacidade produtiva e construção institucional robusta (REINERT, 2007; CHANG, 2004; RODRIK, 2007).

4.4 COMPARAÇÃO DOS CASOS

Quando colocamos México, Chile e Coreia do Sul lado a lado e olhamos para suas trajetórias de desenvolvimento, fica claro como as escolhas institucionais, as estratégias adotadas e a atuação do Estado foram fatores cruciais para determinar os desfechos econômicos e sociais de cada país. Os três exemplos mostram caminhos diferentes, com os dois primeiros marcados por uma adesão mais prematura dos

paradigmas neoliberais e o último por uma construção mais gradual e com planejamento estratégico por parte do Estado no sentido de um projeto nacional de industrialização.

No México, identifica-se uma mudança de paradigma econômico na década de 1980, quando o país deixou o modelo de substituição de importações e adotou uma agenda liberal pautada em uma maior abertura comercial, privatizações e ajuste fiscal (SOTELO, 2016). Já o Chile foi ainda mais radical ao implementar reformas neoliberais sob um regime autoritário, com base no documento *“El Ladrillo”* e com orientações dos Chicago Boys (SILVA, 1991). A Coreia do Sul, por sua vez, tomou um rumo diferente, com planejamento estatal, proteção temporária de setores estratégicos, direcionamento do crédito e bons investimentos em educação e inovação. O contraste não está apenas na intensidade das reformas, mas na própria lógica por trás da atuação estatal e do protagonismo das políticas públicas.

Essa diferença estrutural é aprofundada na leitura de Fernando Fajnzylber (1983), que interpreta os casos latino-americanos como exemplos de uma industrialização dependente e truncada. No caso mexicano, segundo o autor, a ausência de encadeamentos produtivos, a dependência tecnológica e a forte presença de capital estrangeiro limitaram a capacidade do país de consolidar uma base produtiva integrada. O Chile, por sua vez, apresentou um padrão ainda mais excludente de desenvolvimento, baseado na exportação de recursos primários e na fragilidade de sua estrutura industrial frente à competição externa. Em contraste, a Coreia do Sul adotou um modelo seletivo de inserção internacional, priorizando o fortalecimento interno de sua indústria antes de uma liberalização mais ampla.

Quando se trata da atuação do Estado, México e Chile, após suas reformas, passaram a ter Estados mínimos, limitados à regulação macroeconômica e à oferta de políticas sociais compensatórias. Com o Estado em segundo plano na arena produtiva, os países se tornaram mais vulneráveis a choques externos e ficaram sem mecanismos para promover a industrialização e o avanço tecnológico (BABB, 2001; COONEY, 2008). Em contraste, o Estado sul-coreano exerceu papel ativo na coordenação econômica, na indução do investimento privado e na promoção de conglomerados nacionais capazes de competir internacionalmente. Como destaca Chang (2004), o desenvolvimento sul-coreano só foi possível graças a uma estratégia deliberada de proteção e estímulo aos setores produtivos.

Em termos de desempenho econômico, os contrastes são evidentes. O crescimento do PIB no México e no Chile foi modesto, com períodos de estagnação e crises severas — como a retração de 11,5% no PIB chileno em 1982, segundo dados do Banco Mundial (2025), e o efeito tequila no México, em 1994, que provocou forte recessão (FFRENCH-DAVIS, 2018; COONEY, 2008). Já a Coreia do Sul apresentou taxas de crescimento excepcionais, sustentadas por uma estrutura produtiva voltada à exportação de bens de alto valor agregado e pela formação contínua de capital humano (BOTELHO, 2021). Entre 1980 e 2019, o PIB per capita cresceu, em média, apenas 0,7% ao ano no México e 3% no Chile, enquanto na Coreia do Sul a média foi de 5,3% ao ano (CAÑAS; HUR; STRACKMAN, 2024). Além disso, os ganhos sul-coreanos foram acompanhados por aumento de produtividade, ascensão tecnológica e uma inserção internacional menos vulnerável. Esses resultados não ocorreram de forma espontânea, mas foram fruto de uma política industrial ativa e de uma estratégia nacional de longo prazo.

Os impactos sociais também revelam a disparidade dos modelos. No México e no Chile, o processo de liberalização acentuou a desigualdade e precarizou as relações de trabalho. A informalidade cresceu, os salários reais estagnaram e a pobreza, embora reduzida, persistiu em patamares elevados (COONEY, 2008). A Coreia do Sul, ao contrário, conseguiu reduzir drasticamente a pobreza e ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade, como educação e saúde, por meio de investimentos estatais planejados. Essa diferença se traduz também nos indicadores de mobilidade social, com a Coreia atingindo níveis muito superiores aos verificados nas economias latino-americanas que adotaram o neoliberalismo. No plano da inserção internacional, a diferença é igualmente marcante. O México tornou-se altamente dependente dos Estados Unidos após o NAFTA, e o Chile seguiu um modelo de inserção baseado em exportações primárias, particularmente de cobre e produtos agrícolas (GÓMEZ OLVERA, 2014; BABB, 2001). Em ambos os casos, a ausência de uma política industrial robusta impediu o avanço nas cadeias globais de valor. A Coreia do Sul, por outro lado, estruturou sua inserção internacional com base em uma indústria de alta tecnologia e no fortalecimento de suas empresas nacionais. O país exporta bens com alto conteúdo tecnológico, ao passo que as economias latino-americanas se mantêm dependentes de bens primários ou de manufaturas simples.

A análise demonstra que não há um único caminho para o desenvolvimento, mas que os casos bem-sucedidos, como o da Coreia do Sul, foram aqueles em que o Estado desempenhou papel ativo, coordenando o investimento público e privado, promovendo setores estratégicos e protegendo o mercado interno de forma seletiva. Como argumentam autores como Ha-Joon Chang (2004), Dani Rodrik (2007) e Erik Reinert (2007), o desenvolvimento exige políticas adaptadas à realidade de cada país, rompendo com o dogmatismo liberal e buscando soluções pragmáticas, baseadas na experimentação, no aprendizado e na construção institucional.

Em síntese, a comparação entre México, Chile e Coreia do Sul reforça a tese de que o sucesso do desenvolvimento não depende apenas da abertura ao mercado ou da atração de investimentos estrangeiros, mas da construção deliberada de um projeto nacional que articule crescimento econômico com inclusão social. A experiência sul-coreana, ao contrário das latino-americanas, demonstra que é possível conciliar eficiência econômica com soberania produtiva, desde que haja vontade política, planejamento de longo prazo e um Estado comprometido com o bem-estar da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta monografia, o desenvolvimento econômico foi abordado por meio de diferentes facetas, como o protecionismo e o neoliberalismo, fazendo paralelo com as ideias de Chang em “Chutando a Escada”, olhando para alguns países atualmente desenvolvidos (PADs) e países em desenvolvimento (PEDs). No caso dos PADs, expôs-se o discurso atual em contraste com as práticas adotadas durante seu período de *catching-up*. Quanto aos PEDs, foram analisadas estratégias implementadas, bem como algumas de suas consequências e resultados. O objetivo desta monografia diz respeito a analisar o desenvolvimento econômico à luz de Chang, investigando as práticas pregadas pelos PADs frente às práticas que realmente implementaram em seu passado enquanto cresciam, além de analisar a economia do México, Chile e Coreia do Sul para validar a hipótese de que as políticas de livre mercado implementadas por PEDs de forma prematura podem atrapalhar a formação de uma economia saudável.

A investigação mostrou que, ao contrário do que pregam atualmente, os PADs recorreram, em suas fases iniciais de crescimento, a políticas de proteção à indústria nascente, subsídios estatais, planejamento de longo prazo e intervenção governamental estratégica. Exemplo disso são os casos históricos dos Estados Unidos no século XIX, do Reino Unido com as Leis de Navegação, e dos países asiáticos como o Japão e a Coreia do Sul, todos mencionados na monografia. A crítica central de Chang — a metáfora de “chutar a escada” — revela-se adequada: os PADs utilizam sua posição dominante para impedir que os PEDs utilizem as mesmas estratégias que eles próprios empregaram, pressionando-os a adotar modelos de livre mercado precoce, muitas vezes impostos por instituições como o FMI e o Banco Mundial.

Essa imposição, como evidenciado nos estudos de caso do México e do Chile, resultou em consequências adversas: desindustrialização, aumento da desigualdade, precarização do trabalho, fragilidade do mercado interno e dependência de capital estrangeiro. A liberalização econômica e os ajustes estruturais promovidos por essas instituições não apenas falharam em garantir crescimento sustentável, como também comprometeram a capacidade dos Estados nacionais de formular e implementar políticas adequadas às suas realidades.

Por outro lado, o caso da Coreia do Sul reforça a crítica de Chang ao mostrar que o sucesso do desenvolvimento econômico depende de políticas adaptadas ao contexto nacional, com forte protagonismo do Estado, planejamento de longo prazo, proteção estratégica a setores produtivos e investimentos intensivos em educação e inovação. A experiência coreana confirma que políticas de mercado só funcionam quando precedidas ou combinadas com intervenções que fortaleçam a base produtiva e institucional do país.

Dessa forma, responde-se afirmativamente à questão de pesquisa: as políticas de livre mercado promovidas pelos países desenvolvidos estão, sim, desalinhadas com as estratégias que esses mesmos países usaram historicamente para se desenvolver. Além disso, quando essas políticas são aplicadas de forma padronizada e precoce nos países em desenvolvimento, geralmente produzem efeitos negativos, como perda de soberania econômica, aumento da vulnerabilidade externa e aprofundamento das desigualdades. Os resultados indicam que o desenvolvimento sustentável exige liberdade estratégica, construção institucional e políticas adaptadas à realidade de cada país.

Embora este trabalho tenha se debruçado sobre uma análise crítica fundamentada em vasta literatura sobre desenvolvimento econômico, é importante reconhecer suas limitações. A principal delas refere-se à dependência de literatura secundária, sobretudo de natureza qualitativa, sem a incorporação de análises quantitativas ou coleta de dados primários. O estudo baseia-se principalmente na obra e nas críticas de Ha-Joon Chang, utilizando-o como fio condutor analítico, o que pode limitar a pluralidade de perspectivas teóricas — uma vez que contrapontos de outros economistas de tradição liberal ou institucionalista não foram explorados com profundidade.

Além disso, a pesquisa concentrou-se em casos históricos específicos e com foco geográfico delimitado, centrando-se principalmente em países latino-americanos e asiáticos entre as décadas de 1980 e 2000. Como resultado, mudanças recentes no cenário global, como as novas dinâmicas do comércio internacional, a ascensão da China ou as reformas industriais na África Subsaariana, não foram incorporadas de maneira robusta, o que restringe a generalização ampla dos achados para contextos mais atuais ou alternativos.

Essas limitações não invalidam os resultados, mas indicam que suas conclusões devem ser interpretadas com cautela, dentro dos marcos teóricos e

contextuais delineados ao longo do trabalho. Diante das limitações apresentadas, pesquisas futuras poderiam aprofundar empiricamente as críticas levantadas por Ha-Joon Chang, especialmente no que tange à aplicabilidade de políticas industriais sob diferentes condições estruturais. Por exemplo, estudos quantitativos poderiam avaliar como medidas protecionistas estratégicas influenciam indicadores de crescimento, industrialização e desigualdade em países específicos, comparando trajetórias antes e depois da adoção (ou abandono) dessas políticas.

Com base nos resultados e nas críticas consolidadas por Ha-Joon Chang e outros autores heterodoxos, o estudo revela importantes implicações práticas para a formulação de políticas de desenvolvimento econômico em países periféricos.

Em primeiro lugar, é possível afirmar que o abandono irrestrito das ferramentas de política industrial e de proteção econômica não deve ser visto como um passo inevitável para o desenvolvimento, sobretudo em economias com setores produtivos ainda frágeis. O histórico de países hoje desenvolvidos mostra que a proteção temporária a indústrias nascentes, o direcionamento estratégico de investimentos e a atuação coordenada do Estado foram elementos centrais de suas trajetórias de sucesso. Ignorar esse percurso, como fazem as instituições que promovem a doutrina neoliberal, condena os PEDs à vulnerabilidade externa e à especialização regressiva.

Nesse sentido, recomenda-se que as políticas internacionais – especialmente aquelas conduzidas por instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial – revisem suas condicionalidades, permitindo que países em desenvolvimento adotem instrumentos legítimos de planejamento estatal, mesmo que isso inclua tarifas seletivas, subsídios ou regulação de fluxos de capitais. A ideia central é que as políticas econômicas devem respeitar o estágio de desenvolvimento e a estrutura produtiva de cada país, e não se basear em modelos universais descontextualizados.

Por fim, os formuladores de políticas domésticas em PEDs devem considerar o papel ativo do Estado como catalisador da transformação estrutural, e não apenas como regulador passivo. Isso implica a formulação de estratégias de longo prazo para a diversificação econômica, inovação tecnológica e aumento da produtividade; com base em experiências históricas exitosas como a da Coreia do Sul.

REFERÊNCIAS

ANGELICO, Diego; LUCCHESI, Alexandre Favaro. **Teorias da inovação e o 'Estado Empreendedor'**: uma resenha. *Leituras de Economia Política*, Campinas, v. 17, n. 25, p. 129-136, dez. 2017.

BABB, Sarah. **Managing Mexico**: Economists from Nationalism to Neoliberalism. Princeton: Princeton University Press, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Índice de Gini – Chile**. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=CL>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Índice de Gini – México**. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=MX>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Taxa de pobreza na linha nacional de pobreza (% da população) – Chile**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC?locations=CL>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Crecimiento del PIB (% anual) - Chile**. Disponível em: https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=1982&location=s=CL&name_desc=false&start=1982&view=bar. Acesso em: 09 jul. 2025.

BOTELHO, Luísa Helena Benites. **A economia globalizada e o desenvolvimento nacional**: um estudo de caso comparado da experiência do Cone Sul e dos Tigres Asiáticos. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4, p. 535–555, 2006. Disponível em <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Uma interpretação da america latina**: a crise do estado. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 37, n. 0, p. 37-57, nov. 1993.

CAMPOS, Rosana Soares. **Escolhas políticas, decisões econômicas, consequências sociais**: um estudo sobre os impactos da democracia procedimental e do neoliberalismo na américa latina e no brasil. 2010. 247 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CAÑAS, Jesus; HUR, Sewon; STRACKMAN, Braden. **Mexico's productivity woes limit nearshoring, growth potential**. 2024. Disponível em: <https://www.dallasfed.org/research/swe/2024/swe2405#:~:text=Mexico%E2%80%99s%20real%20%28inflation,3%20percent>. Acesso em: 09 jul. 2025.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHANG, Ha-Joon. Bad Samaritans: the myth of free trade and the secret history of capitalism. New York: Bloomsbury Press, 2008.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). Raúl Prebisch e os desafios do desenvolvimento no século XXI. Biblioteca Digital da CEPAL. Disponível em: https://biblioguias.cepal.org/prebisch_pt/sigloXXI/termos-intercambio. Acesso em: 11 maio 2025.

COONEY, Paul. **Dos décadas de Neoliberalismo en México**: resultados y retos. Novos Cadernos Naea, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 15-42, 22 dez. 2008. Universidade Federal do Para. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v11i2.270>.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAJNZYLBBER, Fernando. **La industrializacion trunca de America Latina**. Cidade do México: Editora Nueva Imagen, 1983. 426 p.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Reformas económicas en Chile**: desde la dictadura militar a la democracia. Santiago: Taurus, 2018.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para pscolher**: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Record, 2015. 498 p.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Cinquenta Anos de Pensamento Cepal, v. 1, n. 5, p. 239-262, jan. 2000.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GODOI, Alexandra Strommer. **O Que é Liberalismo, Afinal?** GVEXECUTIVO, São Paulo, v. 3, n. 18, p. 40-43, jun. 2019.

GONTIJO, Cláudio. **As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro**: um ensaio crítico. Revista de Economia Política, v. 27, n. 3, p. 413-430, jul./set. 2007.

GRILLO, Marcos de Queiroz. **Economia neoclássica versus keynesiana**. 2024. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/economia-neoclassica-versus-keynesiana/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

HAKEMY, Sulaiman. An analysis of Ha-Joon Chang's Kicking Away the Ladder: development strategy in historical perspective. London: Macat Library, 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRSCHMAN, Albert O. **The Strategy of Economic Development**. Yale University Press, 1958.

LIST, Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MELLER, Patricio. **Un siglo de economía política chilena (1890–1990)**. Santiago: Andrés Bello, 1996.

OCEGUEDA HERNANDEZ, Juan Manuel. **Apertura comercial y crecimiento económico en las regiones de México**. Inv. Econ [online]. 2007, vol.66, n.262, pp.89-137. ISSN 0185-1667.

PEÑALOZA, Andrés. Análisis: La reforma energética en México. Cidade do México: Rosa Luxemburg Stiftung, jan. 2014. Disponível em: <https://rosalux.org.mx/analisis-la-reforma-energetica-en-mexico/>. Acesso em: 14 out. 2024.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time**. Beacon Press, 1944.

REINERT, Erik. S. **How Rich Countries Got Rich and Why Poor Countries Stay Poor**. Londres. Constable, 2007.

Ricardo, David. **On The Principles of Political Economy and Taxation**. John Murray, 1817.

RODRIK, Dani. **One economics, many recipes**: globalization, institutions, and economic growth. Princeton: Princeton University Press, 2007.

SILVA, Eduardo. **The state and capital in Chile: business elites, technocrats, and market economics**. Boulder: Westview Press, 1991.

SILVA, Ricardo Muniz Muccillo da. **Estratégias governamentais de desenvolvimento das aptidões tecnológicas**: uma análise comparada dos Tigres Asiáticos. Gestão Contemporânea: Revista de Negócios da Cesuca, v. 14, n. 2, p. 46–68, 2020.

SINGER, Paul. Para Além do Neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. Capitalismo: TEORIA E DINÂMICA ATUAL, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 3-98, jun. 1998.

SOTELO, María Eugenia Romero. **Los orígenes del neoliberalismo en México: la escuela austriaca**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2016. 436 p.

STIGLITZ, Joseph E. **Making globalization work**. New York: W. W. Norton & Company, 2006.

WILLIAMSON, John. **What Washington means by policy reform.** In:
WILLIAMSON, John (ed.). Latin American adjustment: how much has happened?
Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990. p. 5–20.